

HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

 **HORÁRIOS
DO FUNCHAL**
TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

2025



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2025



Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.

Travessa da Fundoa de Baixo 5 | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

Fax: 291 705 556

E-mail: geral@horariosdofunchal.pt

Internet: www.horariosdofunchal.pt

Capital Social: EUR 17.852.360,00 Euros

NIPC e Matrícula: 511 026 340

Conservatória do Registo Comercial do Funchal

Índice

Índice	2
Glossário	7
Mensagem Conselho de Administração	9
Agradecimentos.....	12
Nota de abertura	13
Apresentação do Grupo.....	14
Governança e Estrutura Organizacional.....	16
Alterações dos Órgãos Sociais 2025	17
1. Relatório de gestão.....	18
Apresentação.....	19
Enquadramento do exercício	20
Enquadramento Institucional	20
Contexto Operacional.....	21
Atividade Tecnológica e de Bilhética	21
Riscos associados à atividade	22
1.1.1. Riscos Operacionais	22
1.1.1.1. Condicionamentos de tráfego e orografia.....	22
1.1.1.2. Gestão da oferta e variações de procura	22
1.1.1.3. Disponibilidade da frota e manutenção	23
1.1.2. Riscos Tecnológicos	23
1.1.2.1. Evolução tecnológica nas viaturas.....	23
1.1.2.2. Dependência do Sistema de Bilhética Integrada (GIRO)	23
1.1.2.3. Sistema de Apoio à Exploração (SAE)	24
1.1.2.4. Riscos de Cibersegurança e Proteção de Dados.....	24
1.1.3. Riscos Comercial e de Procura.....	24
1.1.3.1. Alterações dos padrões de mobilidade	24
1.1.3.2. Concorrência indireta do transporte individual	24
1.1.3.3. Concorrência indireta de outros meios de mobilidade	24
1.1.4. Riscos Institucionais e Regulatórios.....	25

1.1.4.1.	Reorganização regional da mobilidade	25
1.1.4.2.	Alterações regulatórias e tarifárias	25
1.1.5.	Riscos Financeiros.....	25
1.1.5.1.	Pressão de custos operacionais.....	25
1.1.5.2.	Exposição a prazos de recebimento/pagamento	25
1.1.6.	Riscos de Recursos Humanos	26
1.1.6.1.	Escassez de perfis críticos.....	26
1.1.6.2.	Formação e atualização.....	26
1.1.6.3.	Retenção de talento	26
1.1.7.	Riscos de imagem institucional	26
1.1.8.	Riscos de Gestão de Tempo e Sobrecarga Operacional	26
2.	Operação e Serviço Público	28
2.1.	A rede Horários do Funchal	29
2.2.	Oferta de serviço público.....	30
2.3.	Procura de serviço público	32
2.4.	Mobilidade reduzida.....	33
2.5.	Linha ECO Cidade.....	34
2.6.	Fiscalização	36
3.	Caracterização da Rede SIGA.....	38
3.1.	A rede SIGA.....	40
3.2.	Validações.....	40
3.3.	Bilhetes	41
3.4.	Passes.....	42
4.	Recursos Humanos e desenvolvimento organizacional	43
4.1.	Composição Geral de colaboradores.....	44
4.2.	Perfil demográfico dos colaboradores	45
4.3.	Saúde, segurança e bem-estar	46
4.4.	Absentismo	46
4.5.	Trabalho Suplementar	47
5.	Frota, manutenção e engenharia	48
5.1.	Caracterização Global da Frota.....	50

5.1.1. Composição global da frota 50

5.2. Consumo de recursos e sustentabilidade..... 51

6. Análise Económica e Financeira 53

6.1. Resultados 55

6.2. Rendimentos e Ganhos..... 56

6.3. Gastos e Perdas 56

6.4. Dívida Financeira e Comercial 57

6.5. Estrutura Patrimonial 58

Perspetivas Futuras 59

Responsabilidade da Administração 60

Proposta para aplicação de resultados..... 61

ANEXO I – Contas do Exercício 62

BALANÇO CONSOLIDADO 63

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS..... 64

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA 65

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2025 66

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2024 67

ANEXO II - Anexo às Demonstrações Financeira 68

ANEXO III - Fiscal Único..... 125

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Órgãos Sociais.....	16
Quadro 2 - Alterações Órgãos Sociais 2025	17
Quadro 3 - A rede Horários do Funchal	30
Quadro 4 - Oferta de Serviço	31
Quadro 5 – Indicadores de Procura	32
Quadro 6 - Serviço PMR.....	34
Quadro 7 - Indicadores Linha Emissões 0%.....	35
Quadro 8 – Fiscalização a bordo.....	37
Quadro 9 - Validações por operador	40
Quadro 10 - Validações de Bilhetes.....	41
Quadro 11 - Validações de Passes	42
Quadro 12 - Colaboradores Efetivos	44
Quadro 13 - Absentismo.....	47
Quadro 14 - Trabalho suplementar	47
Quadro 15 - A frota.....	50
Quadro 16 - Consumo de recursos	52
Quadro 17 - Resultados	55
Quadro 18 - Rendimentos e Ganhos	56
Quadro 19 - Gastos e Perdas	56
Quadro 20 – Dívida Financeira e Comercial	57
Quadro 21 – Juros.....	57
Quadro 22 – Estrutura Patrimonial	58

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Viagens realizadas Horários do Funchal	31
Gráfico 2 - Passageiros Transportados Horários do Funchal / mês.....	32
Gráfico 3 - Validações por Operador	41
Gráfico 4 - Validações de Bilhetes / mês	41

Gráfico 5 - Validações de Passes / mês	42
Gráfico 6 - Distribuição dos colaboradores por género	45
Gráfico 7 - Distribuição etária dos colaboradores	45
Gráfico 8 – Consumo de recursos.....	52
Gráfico 9 - Solvabilidade (%).....	55
Gráfico 10 - Autonomia financeira (%)	55
Gráfico 11 - Capacidade de endividamento (%)	55
Gráfico 12 Distribuição dos Rendimentos e Ganhos (%).....	56
Gráfico 13 Distribuição dos Gastos e Perdas (%).....	57
Gráfico 14 – Estrutura Patrimonial	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Rede Urbana no concelho do Funchal.....	29
Figura 2 - Mapa da Rede Interurbana - Curral das Freiras	29
Figura 3 - Autocarro HF - Carreira 8A	37
Figura 4 - Mapa da Rede SIGA	40
Figura 5 - Identificação visual da frota	51
Figura 6 - GIRO Passe e GIRO Bilhete	54

Glossário

A

ATP – Amigo do Transporte Público

Autonomia Financeira – Capital Próprio / Ativo Total

C

CA – Conselho de Administração

CAM – Certificado de Aptidão de Motorista

CCP – Código dos Contratos Públicos

CCSG – Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

Capacidade de Endividamento – Capital Próprio / Capital Permanente

CMVMC – Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas

D

DRTMT – Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre

E

EEM – Empresa de Eletricidade da Madeira

EBITDA – Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

EBIT – Resultado Operacional

F

FSE – Fornecimentos e Serviços Externos

G

GIRO – Sistema de Bilhética Integrada da RAM

Gastos Operacionais por Passageiro Transportado – Gastos Operacionais / PT

Gastos Operacionais por km percorrido – Gastos Operacionais / km percorrido

H

HF – Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.

L

L.K.O – Lugares / quilómetro oferecidos

Liquidez Geral – Ativo Corrente / Passivo Corrente

M

PMR – Pessoas com Mobilidade Reduzida

PM – Percurso Médio (km)

P

p.p. – Pontos percentuais

PIB – Produto Interno Bruto

P.K.T. – Passageiro / quilómetro transportado

PT – Passageiros Transportados

Passivo Remunerado – Financiamentos obtidos correntes + não correntes

R

RARE – Regulamento de Aquisições de bens e serviços e empreitadas

Resultado líquido por PT – Resultado líquido / Passageiro Transportado

Resultado líquido por km percorrido – Resultado líquido / Km percorridos

S

SAEIP – Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Público

SIGA – Rede de transporte público coletivo rodoviário de passageiros da RAM

SNMOT – Sindicato Nacional dos Motoristas e Outros Trabalhadores

STRAMM – Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Atividades Metalúrgicas da RAM

Solvabilidade – Capital Próprio / Passivo Total

SVAC – Serviço de vendas e atendimento ao cliente

T

T.O. – Taxa de ocupação

TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A.

Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais – Rendimentos Operacionais / Gastos Operacionais

V

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Veículo km – Total de quilómetros percorridos

Volume de Negócios – Vendas + Serviços Prestados

Rendimentos Operacionais por PT – Rendimentos Operacionais / PT

Rendimentos Operacionais por km percorrido – Rendimentos Operacionais / km percorrido



Mensagem do Conselho de Administração

O exercício de 2025 constituiu para o Grupo Horários do Funchal — integrando a Horários do Funchal, Transportes Públicos, S.A., e a sua subsidiária TIIM — Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. — um período de profunda transformação, marcado por exigências operacionais, desafios financeiros de elevada magnitude e um enquadramento institucional em acelerada reconfiguração.

Na Horários do Funchal, o ano ficou indelévelmente assinalado pela transição da sua estrutura de governação, iniciada com a entrada em funções do Presidente do Conselho de Administração, Intendente Marco Lobato, a 28 de agosto de 2025, e reforçada, a 6 de novembro, com a integração dos Senhores Engenheiro Bruno Sousa e Doutor Cirino de Freitas como vogais executivos. Esta equipa assumiu a liderança num contexto de forte pressão operacional e financeira, prosseguindo uma missão clara: reforçar o rigor, consolidar a sustentabilidade e valorizar o ativo mais determinante do Grupo — as pessoas.

Do ponto de vista económico-financeiro, o Grupo enfrentou em 2025 um cenário adverso, materializado numa redução substancial dos rendimentos e ganhos, influenciada pela extensão da gratuidade no serviço público de transporte e pelo não recebimento atempado das reconciliações das indemnizações compensatórias. O impacto desta conjuntura refletiu-se no resultado líquido consolidado, exigindo da administração uma resposta orientada pela contenção, eficiência e disciplina na gestão dos recursos.

Em termos estratégicos, o Grupo manteve a ambição de modernização e reforço operacional, atingindo 90,6% de execução acumulada do Plano de Investimentos 2019–2029, representando mais de 41,5 milhões de euros

orientados para a renovação da frota, ganhos de eficiência e consolidação tecnológica do Sistema de Bilhética Integrada SIGA, elemento estruturante da mobilidade regional.

No que respeita à TIIM, 2025 foi um ano de transição profunda, marcado pela ausência de autonomia orgânica plena e pela dependência operacional de meios humanos, administrativos e técnicos da Horários do Funchal. Os resultados da empresa devem, por isso, ser lidos como expressão de um modelo institucional ainda em instalação, e não como reflexo de uma operação estabilizada. A TIIM desempenhou uma função de natureza instrumental, assegurando a execução técnica do sistema regional de bilhética integrada GIRO, num ciclo que a legislação regional enquadra como transitório.

O Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M estabelece o Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM como futura autoridade regional de mobilidade, conferindo-lhe competências de planeamento, supervisão e gestão do sistema integrado de bilhética. A sucessão do IMT às atribuições atualmente cometidas à TIIM representa não apenas uma decisão administrativa, mas uma imposição legal que projeta um processo de transição faseado e institucionalmente estruturado até 2026. O papel da TIIM é, assim, o de assegurar uma passagem estável, tecnicamente fundamentada e operacionalmente segura para o modelo definitivo.

Este percurso — simultaneamente desafiante e mobilizador — só foi possível graças à dedicação dos colaboradores das duas empresas do Grupo. Mesmo perante constrangimentos significativos, como o aumento expressivo de trabalho suplementar, a elevada taxa de absentismo e as alterações operacionais decorrentes da reorganização regional da mobilidade, as equipas demonstraram resiliência, profissionalismo e sentido de missão pública. A administração sublinha o profundo reconhecimento pelo compromisso de todos os trabalhadores, cujo desempenho foi determinante para garantir a continuidade do serviço público e a fiabilidade dos sistemas tecnológicos que suportam a operação.

Com responsabilidade e determinação, o Grupo inicia 2026 com uma visão clara: reforçar a sua estabilidade financeira, consolidar os avanços tecnológicos associados ao GIRO, estruturar definitivamente a TIIM e aprofundar o papel da Horários do Funchal como operador público de referência na mobilidade regional. Acreditamos que o conjunto das medidas em curso, aliado à robustez do enquadramento legal e à dedicação das nossas equipas, permitirá inverter a trajetória financeira recente e posicionar o Grupo num caminho de sustentabilidade, modernização e excelência operacional.

Os resultados de 2025 não definem o que o Grupo será — definem o ponto de partida de uma reorganização estrutural que moldará os próximos anos. Com rigor, visão e espírito de serviço público, continuaremos a trabalhar para que o Grupo Horários do Funchal desempenhe um papel determinante na mobilidade da Região Autónoma da Madeira, servindo a população com qualidade, segurança e proximidade.

O Conselho de Administração

Grupo Horários do Funchal

Agradecimentos

O Grupo Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. manifesta o seu reconhecimento a todas as entidades e pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento e continuidade da atividade da empresa ao longo do exercício de 2025.

Em particular, destacam-se:

- **Os colaboradores**, pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados, assegurando a qualidade e a regularidade do serviço público de transporte coletivo de passageiros;
- **Os clientes**, pela preferência pelos nossos serviços e pelo contributo essencial para a consolidação da nossa missão, sendo a sua satisfação e fidelização fatores determinantes para a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado;
- **Os acionistas**, pela confiança e pelo compromisso com a estratégia definida, reforçando a sustentabilidade e o desenvolvimento da Horários do Funchal enquanto operador de referência na Região Autónoma da Madeira, bem como à Presidência do Governo Regional da Madeira, à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas da Madeira, à Secretaria Regional das Finanças e ao Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM, pelo apoio prestado no cumprimento dos objetivos e na consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos;
- **As entidades públicas e instituições financeiras**, pelo apoio e cooperação que permitiram garantir a estabilidade e a sustentabilidade da empresa;
- **Os fornecedores e parceiros**, pelo suporte e colaboração na execução das atividades essenciais à operação;
- **Os colaboradores que cessaram funções ou se reformaram**, pelo elevado nível de profissionalismo e dedicação demonstrados ao longo do seu percurso na empresa;
- **Os demais operadores de Transporte Público da RAM**, pelo trabalho conjunto num setor que tem vindo a sofrer profundas alterações nos últimos anos, em prol da melhoria contínua e da prestação de um serviço de transporte público ajustado às necessidades dos residentes e visitantes;

Por último, a Horários do Funchal endereça votos de profundo apreço aos anteriores membros do Conselho de Administração, pelo contributo inestimável e dedicação demonstrados ao longo dos anos em que exerceram funções, reconhecendo o papel determinante que tiveram na evolução e consolidação da empresa.

A todos, o nosso **muito obrigado**.

Nota de abertura

As Contas Consolidadas de 2025 evidenciam, um Grupo em plena articulação funcional: a TIIM, S.A., enquanto entidade técnica responsável pela execução e gestão do sistema de bilhética integrada; e a Horários do Funchal, enquanto operador público com intervenção direta, contínua e estrutural na vida da população do concelho do Funchal. É precisamente este papel estruturante da HF — assente na continuidade do serviço público, na sua relevância social e na natureza essencial da sua operação — que define a identidade do Grupo e orienta a sua atuação no contexto da mobilidade regional.

No decurso deste exercício, a Horários do Funchal registou 17 249 859 passageiros transportados, um valor que, apesar de representar uma redução face ao período homólogo, evidencia alterações relevantes nos padrões de mobilidade resultantes do novo modelo regional assente na integração tarifária e operacional da Rede SIGA. Este enquadramento conduziu a uma redistribuição bidirecional dos fluxos de passageiros entre operadores municipais e intermunicipais, traduzindo um processo natural de ajustamento decorrente da plena implementação do sistema regional integrado.

O exercício de 2025 ficou ainda marcado pela continuidade do processo de implementação do Sistema de Bilhética Integrada da Região Autónoma da Madeira, cuja execução foi mandatada pelo Governo Regional à TIIM – Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A., através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 402/2024, de 23 de maio. Foi então determinado que, para o cumprimento deste mandato — e salvo definição em contrário decorrente de despacho conjunto dos Secretários Regionais com tutela das finanças e dos transportes terrestres — o desenvolvimento dos atos e dos procedimentos a serem praticados pela TIIM, S.A., e, subsidiariamente, pela Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., deveria enquadrar-se nas atividades elencadas nos Anexos 6 e 11 do Caderno de Encargos do Concurso Limitado para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira.

Paralelamente a este apoio institucional e administrativo, a Horários do Funchal prosseguiu a sua missão principal enquanto operador público de transporte coletivo no concelho do Funchal, assegurando diariamente a mobilidade de residentes, estudantes, trabalhadores e visitantes. A atividade desenvolvida pela empresa manteve-se central para a coesão territorial e social, procurando apresentar-se sempre como uma solução de mobilidade fiável, segura, pontual e de proximidade, ajustada às necessidades específicas da população.

Apresentação do Grupo

O **Grupo Horários do Funchal** é constituído pela empresa Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., e pela sua subsidiária integral TIIM – Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A., outrora denominada como Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., que através da Resolução do Conselho do Governo n.º 113/2023, de 24 de fevereiro, entretanto substituída pela Resolução do Conselho do Governo n.º 402/2024, de 23 de maio, foi mandatada para, em estreita articulação com a empresa-mãe (HF) e com a tutela setorial e financeira de ambas estas empresas públicas regionais, desenvolver as medidas necessárias à implementação e futura gestão de um sistema de bilhética integrado na Região Autónoma da Madeira, assegurando a interoperabilidade entre os sistemas de bilhética dos vários operadores da Região.

A **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.** é uma empresa pública de capitais maioritariamente detidos pela Região Autónoma da Madeira (95%), que assegura a prestação do serviço público de transporte coletivo no concelho do Funchal, bem como da Freguesia do Curral das Freiras, garantindo uma solução de mobilidade urbana regular, acessível e de confiança para a população. A sua atuação constitui um elemento estruturante da vida quotidiana dos residentes, estudantes, trabalhadores e visitantes, desempenhando um papel determinante para a coesão social, a acessibilidade aos serviços e o funcionamento equilibrado da dinâmica urbana. Ao longo de décadas, a HF consolidou-se como operador de transporte público do concelho, sustentando operacionalmente a mobilidade urbana através da gestão da frota, exploração das carreiras, atendimento ao cliente e suporte técnico à operação.

A subsidiária **TIIM – Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A.** assumiu, após a sua transformação societária, um novo objeto social centrado na implementação e gestão do Sistema de Bilhética Integrada GIRO, na administração dos sistemas tecnológicos de apoio à exploração (SAE) e na uniformização dos processos tarifários, de venda e de validação aplicáveis à Rede SIGA. Em conformidade com o mandato recebido, a TIIM passou a assegurar a coordenação técnica do sistema integrado, em articulação com os operadores regionais e com as entidades de tutela, constituindo uma peça fundamental no processo de modernização tecnológica do transporte público na RAM.

Apesar desta redefinição, a TIIM manteve, durante o exercício de 2025, uma forte dependência estrutural da Horários do Funchal, nomeadamente ao nível do suporte administrativo, técnico, logístico e financeiro. Tal dependência decorre da ausência de estrutura orgânica própria e da natureza transitória da empresa, cujo funcionamento tem vindo a ser garantido com recurso aos meios disponibilizados pela empresa-mãe. Este modelo híbrido reflete o enquadramento institucional existente até à transferência das suas atribuições para o

Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM, prevista no Decreto Legislativo Regional aplicável, até 31 de dezembro de 2026.

A articulação funcional entre as duas entidades permite ao Grupo combinar, simultaneamente, a capacidade operacional, logística e de prestação de serviço público da Horários do Funchal com a competência técnica e tecnológica da TIIM no domínio da bilhética, da interoperabilidade e da gestão de sistemas informáticos associados à mobilidade. O Grupo assume, por isso, um papel decisivo no ecossistema regional de transportes, respondendo quer às necessidades quotidianas da população do concelho do Funchal, quer aos desafios de inovação e uniformização associados ao modelo regional integrado.

No seu conjunto, o Grupo Horários do Funchal representa uma estrutura coesa, composta por uma empresa-mãe com operação direta e permanente no território municipal, e por uma subsidiária especializada com uma missão técnica definida e temporalmente enquadrada. Esta integração entre operação e tecnologia permite ao Grupo contribuir tanto para a qualidade do serviço público prestado, como para o desenvolvimento e modernização da mobilidade coletiva na Região Autónoma da Madeira.

A 31 de dezembro de 2025, a Horários do Funchal detinha as seguintes participações no capital social das seguintes empresas:

- Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. (TIIM) – 100%
- Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. (OPT) – 5%



A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., detém a totalidade do capital da empresa TIIM, S.A., outrora denominada como Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., que através da Resolução do Conselho do Governo n.º 113/2023, de 24 de fevereiro, entretanto substituída pela Resolução do Conselho do Governo n.º 402/2024, de 23 de maio, foi mandatada para, em estreita articulação com a empresa-mãe (HF) e com a tutela setorial e financeira de ambas estas empresas públicas regionais, desenvolver as medidas necessárias à

implementação e futura gestão de um sistema de bilhética integrado na Região Autónoma da Madeira, assegurando a interoperabilidade entre os sistemas de bilhética dos vários operadores da Região.

Detém, ainda, a participação na empresa Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. (OPT), empresa que tem como área nuclear de atividade a gestão operacional do transporte coletivo urbano. Realiza também trabalhos de consultoria na área do planeamento operacional de transportes, tais como reengenharia de processos de planeamento operacional, estudos de alteração de políticas de pessoal, entre outros.

Governança e Estrutura Organizacional

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão do Grupo Horários do Funchal, praticando todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinando a orientação estratégica da empresa e supervisionando a atuação dos órgãos de assessoria e direção. A 31 de dezembro de 2025, a composição dos órgãos sociais, órgãos de assessoria e órgãos de direção era a seguinte:

Quadro 1 - Órgãos Sociais

Órgãos Sociais	
Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	António José Jardim Faria
Secretário	- Por nomear - *
Secretário	Gabriel de Lima Farinha
Conselho de Administração	
Presidente	Marco Aurélio Fernandes Lobato
Vogal Executivo	Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa
Vogal Executivo	José Cirino de Freitas
Vogal Não Executivo	Jorge Miguel Vale Fernandes
Vogal Não Executiva	Ana Catarina Sousa Silva Aguiar
Fiscal Único	
PKF & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representado por Dr. º João Pedro Leitão de Seabra ROC n.º 2069	

*A 6 de novembro de 2025, o Dr. º António Manuel Pita Rentróia pediu renúncia ao cargo de Secretário, na reunião de Assembleia Geral.

Alterações dos Órgãos Sociais 2025

O exercício de 2025 ficou marcado por significativas alterações na composição dos órgãos sociais do Grupo Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., refletindo uma reorganização estratégica e a renovação das funções de gestão e fiscalização.

O anterior Conselho de Administração atingiu o limite de mandatos e manteve-se em gestão até se encontrarem reunidas as condições institucionais para a nomeação do novo Conselho. Não obstante o termo do mandato estar previsto para 2024, o processo de nomeação foi diferido por motivos de natureza institucional, tendo sido concluído posteriormente através de deliberações registadas nas respetivas atas, em conformidade com os estatutos da sociedade e reforçando a transparência do processo.

Quadro 2 - Alterações Órgãos Sociais 2025

Ata	Data	Cargo	Membro cessante	Membro nomeado
124	4 nov.	Presidente do CA	Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves	Marco Aurélio Fernandes Lobato
125	6 nov.	Vogal Executivo	Susana Maria Florença Pinto Correia	Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa
125	6 nov.	Vogal Executivo	Duarte Leovigildo Faria Sousa	José Cirino de Freitas
123	3 jun.	Vogal Não Executivo	João Guilherme Madureira Lemos Ribeiro	Jorge Miguel Vale Fernandes
123	3 jun.	Fiscal Único	BDO & Associados, SROC, Lda (ROC n.º 949)	PKF & Associados, SROC, Lda (ROC n.º 2069)
124	4 nov.	Secretário Mesa AG	António Manuel Pita Rentróia	(Substituição não nomeada)



01

Relatório de Gestão



Apresentação

EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO:



Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. – Empresa mãe - HF

Travessa da Fundoa de Baixo 5 | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555 | Fax: 291 705 556

NIPC e Matrícula: 511 026 340



Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A. – Empresa subsidiária - TIIM

Travessa da Fundoa de Baixo 5 | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555 | Fax: 291 705 556

NIPC e Matrícula: 511 007 116

Enquadramento do exercício

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. manteve a sua responsabilidade central enquanto operador público de transporte coletivo no concelho do Funchal, assegurando diariamente a mobilidade da população residente, trabalhadores, estudantes e visitantes. O serviço prestado pela HF continuou a ser determinante para a coesão urbana e para o funcionamento regular das atividades sociais e económicas do concelho.

O exercício de 2025 desenvolveu-se num contexto de transformação estrutural do setor da mobilidade pública regional, marcado pela continuidade do processo de implementação e estabilização do Sistema de Bilhética Integrada da Região Autónoma da Madeira (GIRO), atividade atribuída à TIIM – Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A., nos termos das resoluções governamentais aplicáveis.

A atuação da TIIM decorreu em articulação permanente com a empresa-mãe, Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., e com a tutela setorial e financeira, tendo como referência operacional os procedimentos definidos nos Anexos 6 e 11 do Caderno de Encargos da Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região.

Enquadramento Institucional

A configuração institucional do Grupo em 2025 resultou de decisões estratégicas adotadas pelo Governo Regional no âmbito da reorganização da rede regional de transporte público. A TIIM, entidade originalmente constituída como Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., foi transformada e mandatada para assumir funções de natureza técnica, assegurando a gestão do sistema de bilhética integrada, o suporte aos sistemas de informação ao público e o apoio à exploração através do Sistema de SAE.

O mandato governamental prevê, igualmente, que as atribuições da TIIM sejam transferidas para o Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM (IMT, IP-RAM) até 31 de dezembro de 2026, conforme estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 5/2025/M, de 04 de agosto de 2025, determinando assim o caráter transitório da sua atuação e projetando a futura fusão ou liquidação da empresa após a conclusão desse processo.

Durante o exercício de 2025, a TIIM não manteve a sua atuação não autonomizada, recorrendo a suporte administrativo, técnico e financeiro da Horários do Funchal.

Contexto Operacional

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. manteve, em 2025, a sua responsabilidade central enquanto operador público de transporte coletivo no concelho do Funchal, assegurando diariamente a mobilidade da população residente, trabalhadores, estudantes e visitantes. A prestação deste serviço revelou-se determinante para a coesão urbana, para o acesso a serviços essenciais e para o funcionamento regular das atividades sociais e económicas do concelho, num ano marcado por ajustamentos operacionais e por uma reorganização tarifária regional em plena maturação.

O exercício de 2025 desenvolveu-se num contexto de transformação estrutural do setor da mobilidade pública regional, marcado pela continuidade do processo de implementação e estabilização do Sistema de Bilhética Integrada da Região Autónoma da Madeira (GIRO). Este ano assumiu particular relevância para a TIIM – Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A., por corresponder ao primeiro exercício completo em que a empresa atuou exclusivamente na esfera tecnológica e de bilhética, após ter cessado a sua atividade de transporte público em 30 de junho de 2024, data em que realizou a sua última viagem.

A atuação da TIIM decorreu em articulação permanente com a empresa-mãe, Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., e com a tutela setorial e financeira, seguindo os procedimentos definidos nos Anexos 6 e 11 do Caderno de Encargos da Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região. Esta coordenação permitiu assegurar a continuidade dos processos tecnológicos associados à integração tarifária, interoperabilidade e suporte operacional da Rede SIGA.

Atividade Tecnológica e de Bilhética

A TIIM dedicou o exercício de 2025 à consolidação e implementação técnica do sistema de bilhética regional, concluindo o processo de instalação dos equipamentos embarcados de bilhética em 300 viaturas, assegurando operações de suporte técnico, atualização de equipamentos, gestão de anomalias e acompanhamento do sistema de apoio à exploração.

Durante o ano registaram-se:

- 1 773 pedidos de suporte técnico (+ 167% face ao ano anterior);
- 363 intervenções técnicas nos sistemas de SAE e de bilhética;
- Implementação e acompanhamento dos novos títulos de transporte com a sua atualização de tarifário;

- Expansão da rede de vendas para 111 agentes Payshop;
- Reforço da comunicação informativa ao público.

A evolução do sistema de bilhética refletiu-se também na utilização dos títulos de transporte, contabilizando um total de 25 175 649 validações no conjunto dos operadores pertencentes à Rede SIGA, entre bilhetes e passes, demonstrando a adoção plena do sistema integrado.

Riscos associados à atividade

O Grupo Horários do Funchal desenvolve a sua atividade num contexto operacional complexo, caracterizado por fatores estruturais, tecnológicos, regulatórios e sociais que podem influenciar a sua continuidade, a qualidade e a sustentabilidade do serviço público de transporte coletivo no concelho do Funchal. Os riscos identificados apresentam naturezas distintas, mas convergem na necessidade de garantir resiliência operacional e capacidade de resposta permanente, numa área de serviço essencial à população.

1.1.1. Riscos Operacionais

A Grupo Horários do Funchal assegura diariamente a circulação de 60 carreiras, municipais e intermunicipais, operando num concelho com características geográficas e urbanísticas particularmente desafiantes. Os principais riscos operacionais incluem:

1.1.1.1. Condicionamentos de tráfego e orografia

O Concelho do Funchal apresenta uma orografia acentuada, vias estreitas e zonas com elevada densidade urbana, fatores suscetíveis de gerar atrasos, perturbações de serviço ou necessidade de desvios operacionais. Estes fatores são agravados em períodos de obras, eventos municipais ou condições meteorológicas adversas, bem como horas de ponta onde a população efetua a sua deslocação entre a sua residência e o seu local de trabalho através de veículos próprios, o que pode afetar a regularidade do serviço e a perceção de qualidade por parte do passageiro.

1.1.1.2. Gestão da oferta e variações de procura

O ano de 2025 registou alterações significativas nos padrões de procura, com a redistribuição de fluxos de passageiros entre operadores decorrente da Rede SIGA e do Sistema Tarifário Integrado, conduzindo a variações significativas quando comparado com o ano anterior. Além do referido, ocorreram ainda alterações

nos títulos de transporte através da Portaria n.º 428/2025, nomeadamente com a introdução do Passe Social Colaborador e o Passe 30 Dias, que contribuíram para a adaptação dos padrões de utilização e para uma mobilidade mais diversificada no contexto regional. Adicionalmente, a implementação dos títulos de transporte 4_23 e o +65 cuja gratuidade tem impacto direto nos padrões de procura e financeiros da empresa – moldaram o comportamento de procura ao longo do ano, exigindo uma gestão e análise dinâmica da oferta por parte Horários do Funchal, de forma a assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, adequado às necessidades da população.

1.1.1.3. Disponibilidade da frota e manutenção

A operação depende fortemente da fiabilidade técnica e operacionalidade da frota, cuja indisponibilidade – por avarias, desgaste ou atraso no fornecimento de peças – representa um risco significativo para a execução do serviço. A manutenção preventiva e corretiva, constitui uma componente central para a mitigação deste risco.

1.1.2. Riscos Tecnológicos

Embora a Horários do Funchal seja o operador direto de transporte público no concelho do Funchal, a atividade consolidada do Grupo depende de um conjunto de sistemas tecnológicos essenciais ao funcionamento da operação e geridos, em grande medida, pela TIIM. Os principais riscos tecnológicos identificados são os seguintes:

1.1.2.1. Evolução tecnológica nas viaturas

A Horários do Funchal prossegue um processo contínuo de modernização tecnológica da frota, acompanhando a evolução do setor automóvel e a transição para soluções mais eficientes e sustentáveis. Esta evolução implica risco associado à adoção de novas tecnologias — desde alterações nos padrões de motorização à evolução de componentes eletrónicos — exigindo capacidade de adaptação, investimento contínuo e gestão das fases de transição entre veículos mais antigos e tecnologias mais recentes.

1.1.2.2. Dependência do Sistema de Bilhética Integrada (GIRO)

O Sistema de Bilhética Integrada é crítico para a validação de títulos de transporte, controlo tarifário e recolha de informação operacional. Falhas ao nível do hardware ou software podem comprometer a validação de passageiros, afetar a fiabilidade do serviço e gerar impacto financeiro e reputacional para o Grupo.

1.1.2.3. Sistema de Apoio à Exploração (SAE)

O Sistema de Apoio à Exploração suporta a monitorização da operação, a gestão do serviço em tempo real e a comunicação entre viaturas e centro de operações. Perturbações no SAE podem afetar a capacidade de resposta a ocorrências, alterar a regularidade do serviço e influenciar a perceção de qualidade por parte dos utilizadores. Durante o ano foram implementadas novas funcionalidades, cuja integração requer acompanhamento técnico e mitigação de potenciais problemas de estabilidade.

1.1.2.4. Riscos de Cibersegurança e Proteção de Dados

O processamento de dados da bilhética, perfis de clientes e fluxos operacionais expõe o Grupo a riscos de cibersegurança, incluindo acessos indevidos, ataques informáticos e indisponibilidade de sistemas. Tanto a Horários do Funchal como a TIIM reconhecem estes riscos e reforçam continuamente os mecanismos de proteção, monitorização e segurança digital, de forma a garantir a integridade e confidencialidade da informação.

1.1.3. Riscos Comercial e de Procura

A operação de transporte público está sujeita a variações comportamentais dos utilizadores e a mudanças nas condições socioeconómicas:

1.1.3.1. Alterações dos padrões de mobilidade

A introdução de novos títulos tarifários e a integração da rede SIGA na região resultaram em alterações significativas na procura, com impacto direto na Horários do Funchal.

1.1.3.2. Concorrência indireta do transporte individual

A Região Autónoma da Madeira tem registado um crescimento acentuado no número de viaturas a circular em toda a região, seja de propriedade privada ou destinadas ao turismo através de serviços de rent-a-car.

1.1.3.3. Concorrência indireta de outros meios de mobilidade

A concorrência indireta inclui ainda táxis, TVDE e outros serviços ocasionais ou emergentes, que oferecem alternativas porta-a-porta e com elevada flexibilidade. Estes modos complementares podem captar viagens ocasionais, condicionando a procura do transporte público em determinados períodos ou segmentos.

1.1.4. Riscos Institucionais e Regulatórios

O Grupo Horários do Funchal atua num setor sujeito a enquadramento legal específico e a decisões estratégicas da tutela regional, que podem influenciar diretamente a organização, a operação e a estabilidade das atividades desenvolvidas pela HF e pela sua subsidiária TIIM. Neste contexto, destacam-se os seguintes riscos:

1.1.4.1. Reorganização regional da mobilidade

As políticas de mobilidade têm sido um eixo prioritário das medidas de governo, visando simultaneamente satisfazer necessidades da população e reduzir o impacto ambiental, em alinhamento com os compromissos climáticos internacionais do Acordo de Paris, sob a égide da UNFCCC, que estabelece o objetivo de manter o aquecimento global “bem abaixo de 2 °C” e prosseguir esforços para 1,5 °C, sustentado pela ciência do IPCC. No caso da Região Autónoma da Madeira, o setor encontra-se em reorganização nos últimos anos, processo que deverá prosseguir até à conclusão da transição de atribuições para o IMT, IP-RAM, entidade criada por diploma regional e com prazo de transferência prorrogado até o final de 2026, enquadrando a evolução institucional da mobilidade na Região

1.1.4.2. Alterações regulatórias e tarifárias

Mudanças no sistema tarifário, nos regimes de serviço público ou nas normas aplicáveis ao setor podem afetar diretamente a atividade da Horários do Funchal, exigindo acompanhamento permanente e capacidade de ajustamento às orientações regulamentares.

1.1.5. Riscos Financeiros

A sustentabilidade económica depende do equilíbrio entre receitas tarifárias, custos operacionais e eventuais, compensações e regulação.

1.1.5.1. Pressão de custos operacionais

A atividade de transporte público está exposta a aumentos nos custos de combustível, manutenção, peças e serviços essenciais para a operação. Estas variáveis, muitas vezes influenciadas por fatores externos e mercados internacionais, podem pressionar a estrutura de gastos e exigir ajustamentos orçamentais frequentes.

1.1.5.2. Exposição a prazos de recebimento/pagamento

A tesouraria da empresa pode ser afetada pela diferença entre os prazos de recebimento de receitas e as obrigações de pagamento a fornecedores e prestadores de serviços. A existência de fluxos financeiros

dependentes de entidades externas e de calendários administrativos pode gerar constrangimentos temporários de liquidez.

1.1.6. Riscos de Recursos Humanos

Os recursos humanos são críticos para a continuidade, segurança e qualidade do serviço público prestado pela Horários do Funchal. Destacam-se os seguintes riscos:

1.1.6.1. Escassez de perfis críticos

A empresa enfrenta desafios na atração e recrutamento de motoristas, técnicos de manutenção e outros perfis especializados, devido à elevada competitividade do mercado e à diminuição da oferta disponível.

1.1.6.2. Formação e atualização

A evolução tecnológica das viaturas, sistemas e processos operacionais exige formação contínua. O ritmo de atualizações pode representar um risco caso não seja acompanhado pelo desenvolvimento necessário.

1.1.6.3. Retenção de talento

A retenção de trabalhadores qualificados é fundamental para garantir continuidade operacional. Fatores como envelhecimento da força de trabalho, rotatividade e concorrência externa podem impactar a estabilidade das equipas.

1.1.7. Riscos de imagem institucional

A perceção pública da qualidade do serviço é sensível a atrasos, falhas de comunicação e incidentes operacionais. A tempestividade e clareza da informação ao passageiro, sobretudo em situações de perturbação, são determinantes para manter a confiança no serviço público. A mitigação exige canais de comunicação eficazes e práticas internas que assegurem informação consistente e atempada.

1.1.8. Riscos de Gestão de Tempo e Sobrecarga Operacional

A Horários do Funchal tem sido chamada a assumir, para além da sua função principal de operador de transporte público, um conjunto adicional de responsabilidades associadas ao apoio à implementação do Sistema de Bilhética Integrada pela TIIM. A necessidade de alocar recursos humanos a estas funções técnicas e administrativas pode gerar sobrecarga operacional, afetando a disponibilidade de equipas para o

acompanhamento diário da operação. As alterações significativas definidas pela tutela, incluindo orientações operacionais, tarifárias e procedimentais decorrentes da reorganização regional da mobilidade, exigem tempo de resposta curto, revisão de processos internos e mobilização de equipes técnicas. Estas exigências podem condicionar a capacidade da HF em gerir simultaneamente a operação diária e os novos requisitos regulatórios.



02

Operação e Serviço Público



2. Operação e Serviço Público

2.1. A rede Horários do Funchal

Em 2025, a Horários do Funchal manteve o foco no essencial: ligar pessoas ao seu dia a dia com um serviço público de transporte fiável, acessível e próximo. A oferta foi ajustada de forma contínua, acompanhando a procura real e os padrões de utilização ao longo do ano, mas também os efeitos da sazonalidade e os constrangimentos temporários na via pública quando necessário. Este acompanhamento permanente permitiu honrar as obrigações de serviço público com padrões de qualidade consistentes e uma resposta alinhada com as necessidades da população.

A rede operacional combinou carreiras urbanas e ligações intermunicipais, cobrindo os principais eixos do concelho e as zonas residenciais, com atenção especial aos polos de saúde, estabelecimentos de ensino, áreas comerciais e outros destinos quotidianos dos passageiros. Para além da rede urbana, a empresa assegurou a ligação ao Curral das Freiras, garantindo continuidade de serviço para este destino.

Figura 1 - Mapa da Rede Urbana no concelho do Funchal



Figura 2 - Mapa da Rede Interurbana - Curral das Freiras



O planeamento privilegiou a fiabilidade e a capacidade de resposta em períodos de maior afluência. Sempre que a evolução da procura o justificou — e mediante autorização das entidades competentes — foram introduzidos ajustes operacionais para manter o equilíbrio entre proximidade, regularidade e eficiência. O resultado é uma rede dinâmica e útil, pensada para servir as pessoas e para acompanhar a transformação da mobilidade no concelho.

Quadro 3 - A rede Horários do Funchal

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
A REDE					
Extensão da Rede HF _(km)	239,4	236,8	203,4	+ 2,6	+ 1,1%
N.º de Carreiras	60	60	60	0	0,0%
Carreiras Interurbanas	1	1	0	0	0,0%
Total de Km _(km)	5 940 084	5 933 152	5 553 332	+ 6 932	+ 0,1%
Total de paragens	1 742	1 736	1 696	+ 6	+ 0,3%

2.2. Oferta de serviço público

Em 2025, a Horários do Funchal manteve uma oferta planeada e monitorizada ao detalhe, com o objetivo de garantir um serviço fiável, regular e eficiente ao longo do ano. O planeamento baseou-se nos principais indicadores operacionais — cumprimento de viagens, pontualidade, quilómetros úteis vs. em vazio, lotação média e LKO — permitindo ajustar a capacidade à procura real e otimizar a utilização de recursos.

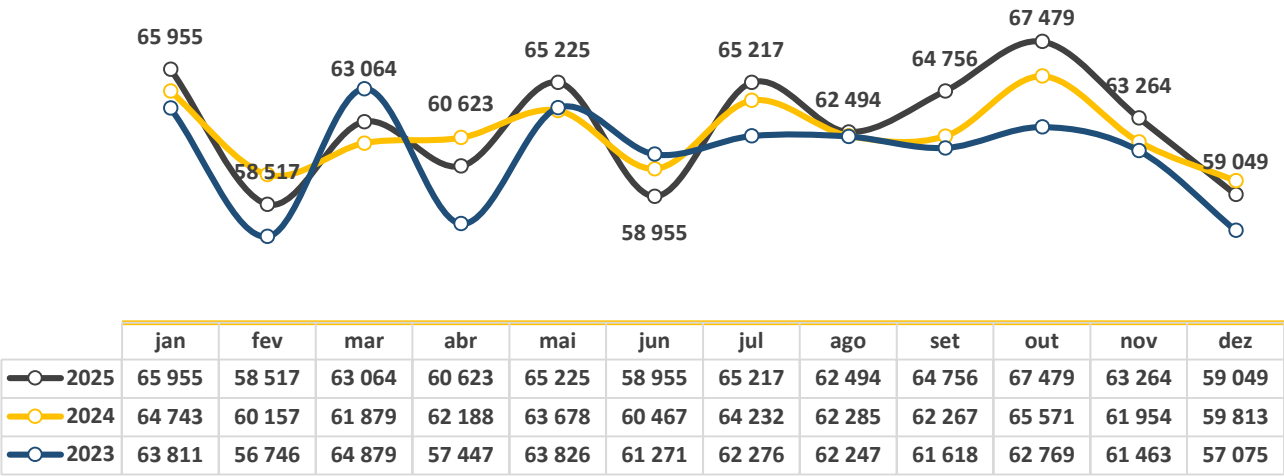
Os resultados apresentados refletem o desempenho efetivo da operação: a comparação entre viagens previstas e realizadas e os índices de cumprimento ofereceram uma leitura clara da fiabilidade do serviço; a pontualidade traduziu o impacto dos condicionamentos urbanos e a eficácia das medidas de mitigação; a análise de lotação e LKO ajudou a calibrar a oferta nos períodos e eixos mais pressionados. Em conjunto, estes indicadores deram visibilidade objetiva sobre a qualidade da oferta prestada em 2025 e sustentaram decisões de ajuste fino sempre que necessário — mantendo o equilíbrio entre proximidade ao passageiro e eficiência operacional.

Quadro 4 - Oferta de Serviço

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
HORÁRIOS DO FUNCHAL					
Viagens Realizadas	754 598	749 234	735 428	+ 5 364	+ 0,7%
Quilómetros úteis (km)	5 283 519	5 410 406	5 075 446	- 126 887	- 2,3%
Quilómetros em vazio (km)	656 565	522 746	477 886	+ 133 819	+ 25,6%
Total de quilómetros (km)	5 940 084	5 933 152	5 553 332	+ 6 932	+ 0,1%
TIIM*	Até junho				
Viagens Realizadas	0	23 158	56 761	- 23 158	- 100,0%
Quilómetros úteis (km)	0	555 758	1 384 706	- 555 758	- 100,0%
Quilómetros em vazio (km)	0	63 527	162 416	- 63 527	- 100,0%
Total de quilómetros (km)	0	619 285	1 547 122	- 619 285	- 100,0%
TOTAL					
Viagens Realizadas	754 598	772 392	792 189	- 17 794	- 2,3%
Quilómetros úteis (km)	5 283 519	5 966 164	6 460 152	- 682 645	- 11,4%
Quilómetros em vazio (km)	656 565	586 273	640 302	+ 70 292	+ 12,0%
Total de quilómetros (km)	5 940 084	6 552 437	7 100 454	- 612 353	- 9,3%

* A TIIM efetuou Transporte de Passageiros até 30 de junho de 2024.

Gráfico 1 - Viagens realizadas Horários do Funchal



2.3. Procura de serviço público

Em 2025, a procura pelo serviço público da Horários do Funchal mudou de perfil, acompanhando a implementação do modelo regional assente na integração tarifária e operacional da Rede SIGA. Na prática, verificou-se uma redistribuição bidirecional de fluxos: parte dos utilizadores que anteriormente viajavam com a HF passaram a recorrer a outros operadores e, em sentido inverso, a HF acolheu novos passageiros provenientes dessas mesmas redes.

Esta evolução foi também influenciada pela introdução de novos títulos de transporte (Portaria n.º 428/2025), designadamente o Passe Social Colaborador, o Passe 30 Dias e os títulos intermodais de bilhetes pré-comprados, que diversificaram padrões de utilização e facilitaram escolhas mais ajustadas às necessidades de cada perfil de mobilidade.

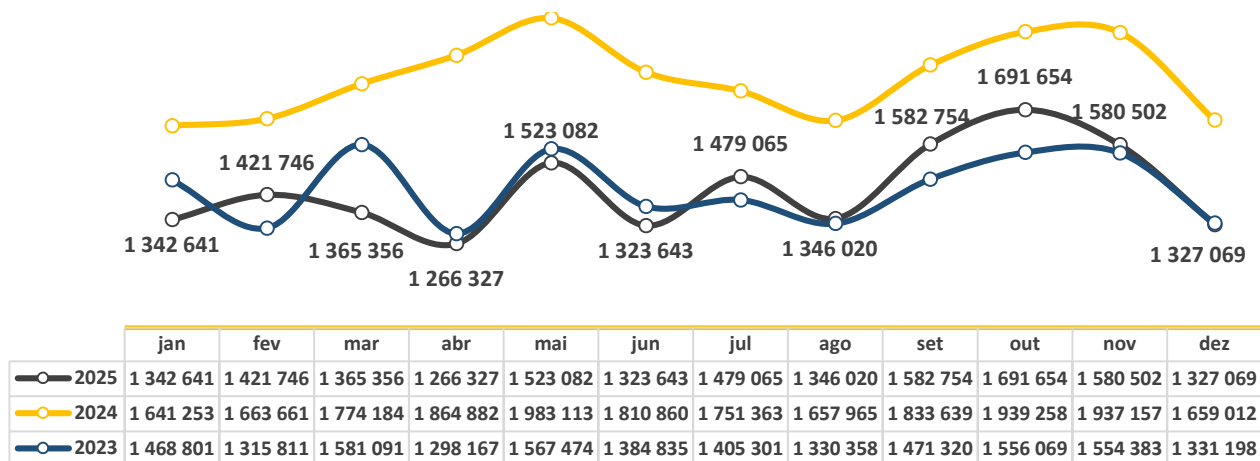
A tendência descrita encontra-se sintetizada nos indicadores apresentados no quadro subsequente, permitindo uma leitura clara do efeito de integração no comportamento da procura e dos ajustamentos daí resultantes na oferta.

Quadro 5 – Indicadores de Procura

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
Passageiros Transportados					
Serviço Urbano	16 852 974	21 014 314	17 264 808	-4 161 340	- 19,8%
Serviço Interurbano	396 885	1 207 368	1 098 620	-810 483	- 67,1%
Total de passageiros transportados	17 249 859	22 221 682	18 363 428	-4 971 823	- 22,4%
Taxa de ocupação HF (%)	16,6	19,3	16,4	- 2,7 p.p.	- 14,0%
Taxa de ocupação TIIM (%)	14,6	40,2	20,5	- 25,6 p.p.	- 63,6%

p.p. – pontos percentuais

Gráfico 2 - Passageiros Transportados Horários do Funchal / mês





2.4. Mobilidade reduzida

A Horários do Funchal assegura um conjunto de respostas dedicadas aos passageiros com mobilidade reduzida, reforçando o transporte público como instrumento de inclusão social, acessibilidade universal e igualdade no acesso aos serviços essenciais. Estas respostas abrangem residentes e turistas, garantindo deslocações seguras num território marcado pela orografia exigente da ilha.

A empresa disponibiliza um serviço porta-a-porta dirigido a utilizadores que, de forma permanente ou temporária, não conseguem aceder ao serviço regular. Este serviço é prestado em viaturas adaptadas, equipadas com rampas e espaços reservados, permitindo deslocações personalizadas mediante marcação prévia. A natureza social deste apoio contribui diretamente para a autonomia e integração de pessoas com necessidades específicas.

Em paralelo, a HF tem reforçado a acessibilidade no serviço regular, com a introdução progressiva de autocarros com rampas e áreas dedicadas a cadeiras de rodas, integradas no processo de modernização da frota. Esta evolução melhora as condições de embarque e circulação para passageiros com mobilidade condicionada, embora algumas zonas altas do concelho continuem a apresentar limitações técnicas para a operação deste tipo de viaturas.

A utilização destes serviços — tanto no modelo porta-a-porta como nas carreiras acessíveis — continua a assumir um papel relevante no acesso diário a cuidados de saúde, atividades sociais e outras necessidades essenciais. Os indicadores apresentados no quadro seguinte demonstram a importância deste serviço e o compromisso da empresa com uma mobilidade inclusiva, segura e adaptada às necessidades dos seus utilizadores.



Quadro 6 - Serviço PMR

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
MOBILIDADE REDUZIDA					
Passageiros transportados	14 840	20 484	16 098	- 5 644	- 27,6%
Total de inscritos	229	221	198	+ 8	+ 3,6%
Total de inscritos com cadeira de rodas	132	128	123	+ 4	+ 3,1%
Quilómetros percorridos _(km)	83 274	94 891	85 091	- 11 617	- 12,2%
Viaturas PMR dedicadas	8	8	8	0	0,0%

Ao promover uma mobilidade verdadeiramente acessível, reafirmamos o nosso compromisso de transportar não apenas pessoas, mas oportunidades — garantindo que cada cidadão, independentemente das suas capacidades, tenha lugar num sistema de transporte que valoriza a inclusão, a dignidade e a participação plena na comunidade.



2.5. Linha ECO Cidade

A Horários do Funchal assegura a operação da Linha Eco Cidade, um serviço urbano realizado com miniautocarros 100% elétricos, contribuindo para a redução de emissões e para os objetivos ambientais do concelho. Esta linha integra o compromisso da empresa com uma mobilidade mais sustentável, promovendo deslocações de curta distância com menor impacto ambiental e reforçando a qualidade do ar no centro urbano.



A carreira serve áreas de elevada relevância urbana e turística — como o centro histórico, a zona portuária e zona hoteleira — oferecendo ligações de proximidade em zonas de forte afluência pedonal. A operação em regime de paragem flexível, mediante sinalização do passageiro e respeitando critérios de segurança, permite uma circulação adaptada ao tecido urbano mais estreito da baixa funchalense.

A Eco Cidade está totalmente integrada na rede urbana: todos os títulos válidos no serviço urbano são aceites, e o veículo encontra-se equipado para o transporte de passageiros com mobilidade reduzida, promovendo uma mobilidade mais inclusiva.

Os indicadores operacionais apresentados no quadro seguinte demonstram o desempenho deste serviço durante 2025, evidenciando a sua utilização, quilometragem, eficiência energética e o contributo positivo da operação elétrica para uma mobilidade mais sustentável no concelho.

Quadro 7 - Indicadores Linha Emissões 0%

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
LINHA ECO					
Viagens Realizadas	17 508	12 927	12 932	+ 4 581	+ 35,4%
Quilómetros úteis ^[1] (km)	62 204	62 647	62 115	- 443	- 0,7%
Quilómetros em vazio ^[2] (km)	4 722	3 040	2 915	+ 1 682	+ 55,3%
Total de quilómetros ^[3] = ^[1] + ^[2] (km)	66 926	65 687	65 030	+ 1 239	+ 1,9%
Lotação Média	22	22	22	0	0,0%
Lugares p/ quilómetro oferecidos (L.K.O.)	1 368 488	1 276 241	1 366 529	+ 92 247	+ 7,2%
Passageiros transportados	88 196	76 024	64 151	+ 12 172	+ 16,0%
Passageiros por km transportados (P.K.T.)	68 793	59 299	52 378	+ 9 494	+ 16,0%
Taxa de ocupação (%)	5,0	4,6	3,8	+ 0,4 p.p.	+ 8,2%
Viaturas ECO dedicadas	5	5	5	0	0,0%





2.6. Fiscalização

A atividade de fiscalização manteve, em 2025, um papel central na garantia do cumprimento das regras de utilização e na proteção da receita tarifária da Horários do Funchal. A equipa de fiscais realizou ações regulares em diversas carreiras e períodos do dia, assegurando a verificação dos títulos de transporte e contribuindo para a redução de situações de fraude e uso indevido do serviço.

Para além da função de controlo, os fiscais desempenham um papel relevante de apoio direto ao passageiro, prestando esclarecimentos sobre títulos, tarifários e alterações de serviço. A sua presença no terreno permite também recolher informação operacional importante — padrões de embarque, lotações, períodos críticos e necessidades identificadas — apoiando o ajustamento da oferta às necessidades reais dos utilizadores.

A fiscalização contribui ainda para a perceção de segurança e ordem a bordo e nas paragens, reforçando a confiança dos passageiros no sistema de transporte público. O trabalho destas equipas constitui, assim, uma componente essencial do modelo operacional da empresa, combinando controlo, apoio ao cliente e acompanhamento da operação.



**INFORMAÇÃO
CLARA E ÚTIL**



**EVIDÊNCIA PARA
A DECISÃO**



**CUMPRIMENTO
DO TARIFÁRIO**



**ASSISTÊNCIA DE
PROXIMIDADE**

Os principais indicadores de fiscalização do ano — viagens fiscalizadas, passageiros verificados e infrações detetadas — encontram-se apresentados no quadro seguinte, permitindo avaliar a cobertura das ações realizadas e a evolução das situações irregulares face aos anos anteriores.

Quadro 8 – Fiscalização a bordo

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
FISCALIZAÇÃO					
Viagens Fiscalizadas	31 570	28 127	39 831	+ 3 443	+ 12,2%
% de Viagens Fiscalizadas	4,2	3,6	5,0	+ 0,5 p.p.	+ 14,9%
Passageiros Fiscalizados	320 862	323 930	424 366	- 3 068	- 0,9%
% de Passageiros Fiscalizados	1,9	1,5	2,3	+ 0,4 p.p.	+ 27,4%
Fraudes	84	62	98	+ 22	+ 35,5%
% de Fraudes / viagem fiscalizada	0,3	0,0	0,0	+ 0,3 p.p.	+ 1 250,0%

* Inclui a fiscalização efetuada pela até 30 de junho de 2024.

Figura 3 - Autocarro HF - Carreira 8A





03

Caracterização da Rede SIGA

**TRANSPORTES PÚBLICOS DA RAM**

3. Rede SIGA em números

**3** Operadores

Companhia Autocarros da Madeira
Horários do Funchal
Siga Rodoeste

**11** Municípios

Calheta, Câmara de Lobos,
Funchal, Machico, Ponta do Sol,
Porto Moniz, Porto Santo,
Ribeira Brava, Santa Cruz,
Santana e São Vicente.

**9** Pontos de Venda

Lojas: Anadia, Edifício 2000, Est.
Camionagem Machico, Marina,
Pinga, Porto Santo, Ribeira Brava,
Rua do Esmeraldo e Rua Dom
Carlos.

**137** Carreiras

Municipais: 73

Intermunicipais: 64

111 Agentes 

3.1. A rede SIGA

A Rede SIGA é o sistema integrado de mobilidade pública da Região, que uniformiza regras, tarifário e experiência do passageiro entre operadores. A TIIM assegura o funcionamento técnico da integração (bilhética GIRO, interoperabilidade e suporte), permitindo ao utilizador viajar com um único esquema tarifário em serviços urbanos e intermunicipais. Para a Horários do Funchal, esta integração traduz-se em maior previsibilidade da procura, facilidade de transbordo e planeamento de oferta mais alinhado com os fluxos regionais, num modelo que reforça a coerência do transporte público e a sua atratividade diária.

Figura 4 - Mapa da Rede SIGA



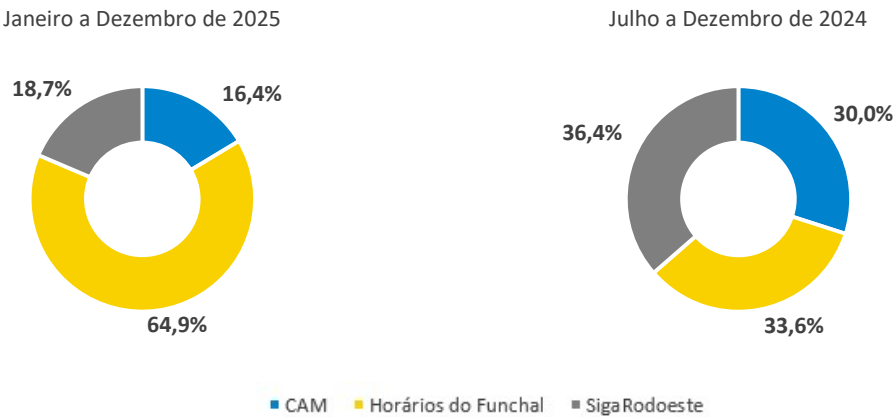
3.2. Validações

Em 2025, registaram-se 25 175 649 validações no sistema, das quais 13,2% corresponderam a bilhetes e 86,8% a passes — destes, 48,1% foram pagos e 51,9% gratuitos — refletindo um aumento muito expressivo face a 2024 (+538,2%), associado à implementação faseada do novo sistema de bilhética concluída em dezembro de 2024.

Quadro 9 - Validações por operador

DESCRIÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO 2025	JULHO A DEZEMBRO 2024	VARIAÇÃO 2025/2024	
			ABSOLUTA	%
OPERADOR	25 175 649	3 944 974	21 230 675	+ 538,2%
Companhia Autocarros Madeira	4 137 323	1 184 111	+ 2 953 212	+ 249,4%
Horários do Funchal	16 344 905	1 324 190	+ 15 020 715	+ 1 134,3%
SIGA Rodoeste	4 693 421	1 436 673	+ 3 256 748	+ 226,7%

Gráfico 3 - Validações por Operador



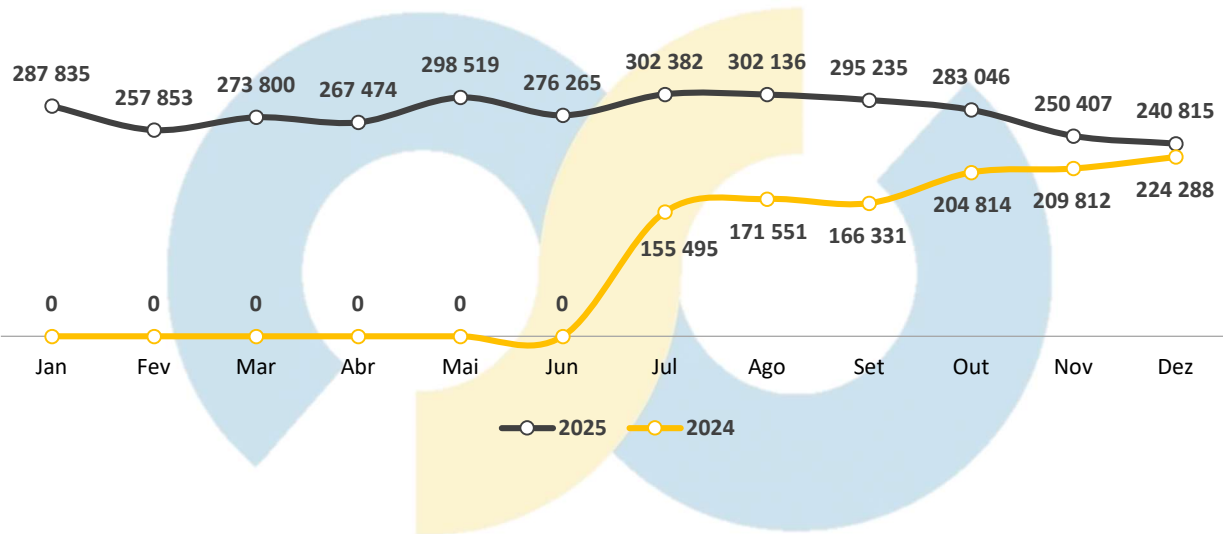
3.3. Bilhetes

Os bilhetes registaram 3 335 767 validações, com predominância das validações resultantes da compra de bilhetes municipais, com 65,2%, sendo o remanescente intermunicipais (34,8%).

Quadro 10 - Validações de Bilhetes

DESCRIÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO 2025	JULHO A DEZEMBRO 2024	VARIAÇÃO 2025/2024	
			ABSOLUTA	%
BILHETES	3 335 767	1 132 291	+ 2 203 476	+ 194,6%
Municipais	2 173 603	568 159	+ 1 605 444	+ 282,6%
Intermunicipais	1 162 164	564 132	+ 598 032	+ 106,0%

Gráfico 4 - Validações de Bilhetes / mês



3.4. Passes

Relativamente aos passes, registaram-se 21 839 882 validações em 2025, consolidando-se este título como o mais utilizado pelos passageiros do sistema de transporte público. A análise evidencia uma forte predominância dos passes intermunicipais, que representam 74,5% do total de validações, enquanto os passes municipais correspondem aos restantes 25,5%.

Esta predominância está diretamente associada ao peso dos perfis sociais gratuitos integrados nos passes intermunicipais — nomeadamente os títulos +65, 4_23, Antigo Combatente, Estudante +23 e Invalidez — que registam níveis muito elevados de utilização. A gratuitidade destes perfis contribui de forma decisiva para a sua adesão e para o comportamento global da procura, assumindo-se como um dos principais fatores explicativos da distribuição das validações ao longo do ano.

Quadro 11 - Validações de Passes

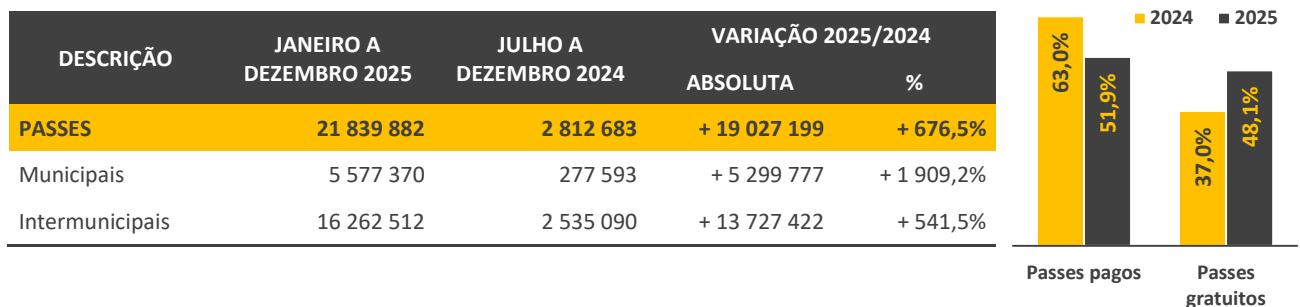
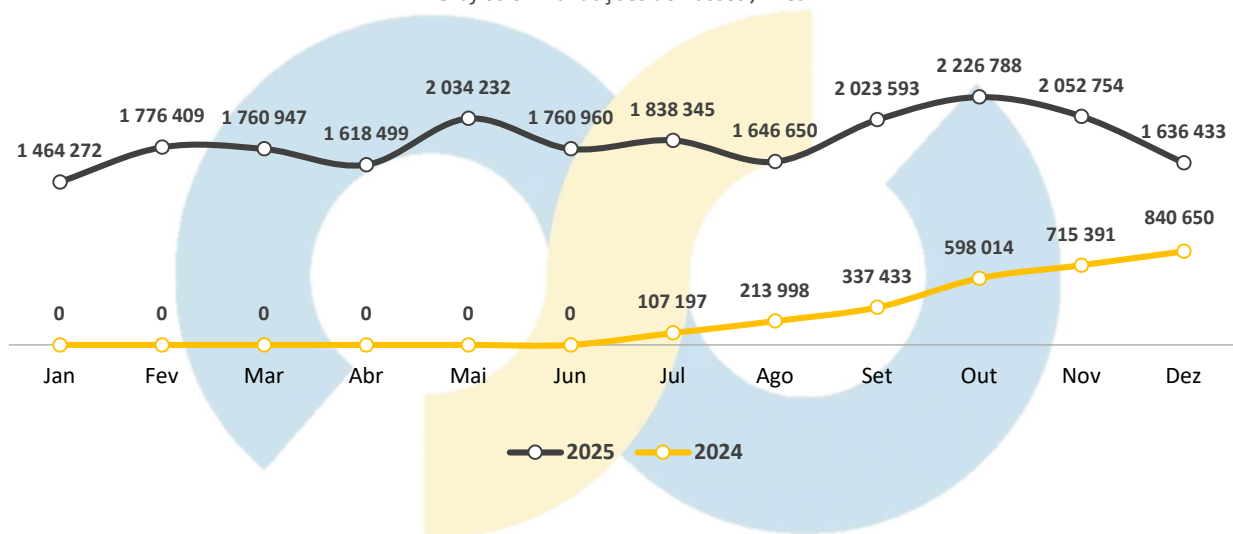


Gráfico 5 - Validações de Passes / mês



04

Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional



4. Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

4.1. Composição Geral de colaboradores

Em 2025, o Grupo contou com uma equipa estável e essencial ao cumprimento das suas responsabilidades operacionais e técnicas. Os colaboradores continuam a ser um dos pilares mais importantes para a qualidade do serviço público prestado diariamente. A tabela seguinte apresenta, o total de colaboradores do Grupo refletindo a estrutura humana que assegura a operação, o suporte tecnológico e as funções administrativas.

Quadro 12 - Colaboradores Efetivos

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
TOTAL COLABORADORES	562	573	527	- 11	- 1,9%
Colaboradores HF *	562	573	527	- 11	- 1,9%
Colaboradores cedidos à TIIM	0	0	62	0	0,0%

* Inclui o trabalhador cedido à Carristur.



“

“Contrate caráter,
desenvolva competência.”

”

4.2. Perfil demográfico dos colaboradores

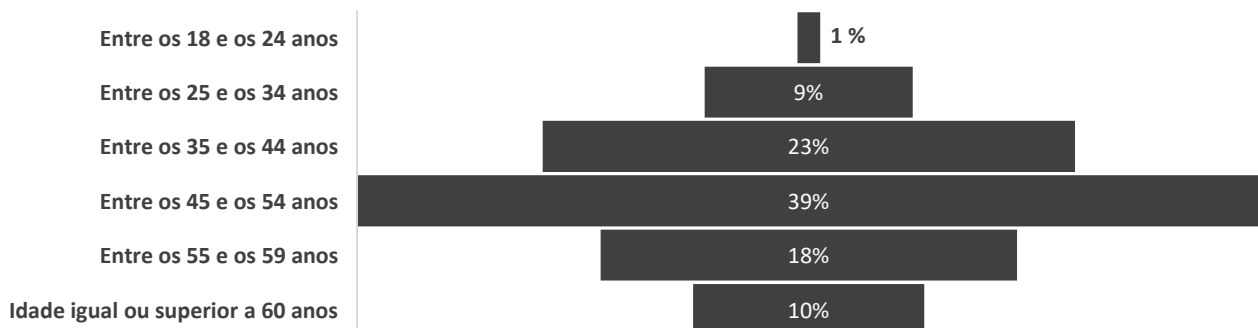
A distribuição dos colaboradores por género evidencia uma representatividade feminina mais reduzida, refletindo, em parte, a natureza predominante da atividade da empresa, fortemente centrada em funções operacionais e técnicas associadas à condução e manutenção de viaturas pesadas, áreas que tendem a atrair menos candidaturas do sexo feminino. Ainda assim, o Grupo mantém o compromisso de promover uma participação equilibrada, incentivando a diversidade e valorizando o talento de forma igualitária, independentemente do género.

Gráfico 6 - Distribuição dos colaboradores por género



No que respeita à estrutura etária, verifica-se que 67% dos colaboradores têm mais de 45 anos, traduzindo uma equipa experiente e com maturidade profissional consolidada — um fator que contribui diretamente para a fiabilidade e qualidade do serviço prestado. Contudo, cerca de 10% do efetivo já se encontra com grande proximidade face à idade legal de reforma, o que reforça a necessidade de renovação gradual das equipas num contexto de escassez de perfis críticos, tornando o recrutamento de novos profissionais mais desafiante.

Gráfico 7 - Distribuição etária dos colaboradores



4.3. Saúde, segurança e bem-estar

A saúde, a segurança e o bem-estar dos colaboradores mantiveram-se como prioridades do Grupo ao longo de 2025. O Posto Clínico assegurou o acompanhamento no âmbito da medicina do trabalho, prestando apoio presencial a situações ocorridas durante a atividade diária e garantindo a realização e gestão de exames médicos periódicos, exames de admissão, medicina curativa e outras consultas, em conformidade com os procedimentos legais aplicáveis.

Complementarmente, a empresa criou um gabinete de psicologia, disponível para todos os colaboradores que dele necessitem, contribuindo para a prevenção de riscos psicossociais e para um clima organizacional mais equilibrado e saudável.

Em matéria de segurança, foram reforçadas as práticas de prevenção e controlo de riscos nas operações, com foco na observância de procedimentos, no uso adequado de equipamentos e na sensibilização contínua para comportamentos seguros, preservando a integridade física das equipas e a continuidade do serviço público.

No seu conjunto, estas medidas expressam o compromisso do Grupo com condições de trabalho seguras, com a proteção da saúde e com a promoção do bem-estar de quem assegura diariamente a operação e o suporte técnico.



4.4. Absentismo

O absentismo continua a ser um dos desafios relevantes na gestão de recursos humanos, com impacto direto na disponibilidade das equipas e na capacidade de garantir, com regularidade, a oferta programada. No setor do transporte público rodoviário, este indicador assume particular sensibilidade, dada a natureza exigente da atividade: trabalho por turnos, exposição a fatores de stress operacional, condução prolongada e a necessidade de manter padrões elevados de segurança.

Acompanhado de forma sistemática, o absentismo permite identificar tendências, compreender causas e definir medidas de gestão orientadas para a sua mitigação, assegurando simultaneamente o cumprimento das responsabilidades inerentes ao serviço público. A análise deste indicador apoia a organização na distribuição dos recursos, na prevenção de ruturas operacionais e no reforço de mecanismos de apoio aos colaboradores.

O quadro seguinte apresenta os dados de absentismo registados em 2025, bem como a comparação com os períodos homólogos anteriores, permitindo uma leitura objetiva da evolução deste indicador.

Quadro 13 - Absentismo

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
TAXA DE ABSENTISMO (%)					
Colaboradores HF	17,0	12,9	11,2	+ 4,1 p.p.	+ 31,8%
Colaboradores cedidos à TIIM	n.a.	17,5	16,2	n.a.	n.a.

p.p. – pontos percentuais

4.5. Trabalho Suplementar

O trabalho suplementar constitui um instrumento essencial para garantir a continuidade do serviço público e assegurar o cumprimento da oferta programada, sobretudo num contexto operacional exigente e dependente da disponibilidade das equipas. No exercício de 2025, não se apuram valores de trabalho suplementar em colaboradores cedidos à TIIM, resultado da reorganização do quadro de colaboradores ocorrida em junho de 2024.

A monitorização deste indicador mantém-se útil para orientar decisões futuras de reforço do efetivo, otimização do planeamento e redução de dependências operacionais, assegurando o equilíbrio entre as exigências de serviço e a qualidade de vida dos colaboradores.



Quadro 14 - Trabalho suplementar

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
TRABALHO SUPLEMENTAR (HR)	81 344	108 782	84 884	- 27 438	- 25,2%
Colaboradores HF	81 344	98 155	54 302	- 16 811	- 17,1%
Colaboradores cedidos à TIIM	0	10 627	24 953	- 10 627	- 100,0%



05

Frota, manutenção e engenharia



5. Frota, manutenção e engenharia

A frota da Horários do Funchal constitui, a par dos Recursos Humanos, um dos principais pilares operacionais da empresa e um elemento essencial para garantir a prestação do serviço público de transporte coletivo. Em 2025, a frota manteve-se dimensionada para responder às necessidades da exploração, assegurando níveis adequados de disponibilidade, fiabilidade e segurança necessários, num contexto exigente marcado pela orografia do concelho e por desafios operacionais permanentes.

A gestão da frota exige um acompanhamento técnico contínuo, devido à utilização intensiva das viaturas, às condições particulares da área de operação e à crescente complexidade tecnológica. A evolução do setor – com novos sistemas eletrónicos, ferramentas de diagnóstico avançado e soluções energeticamente mais eficientes – reforça o papel da engenharia na modernização dos processos, na adaptação à inovação e na capacitação de equipas para responder às necessidades. Em simultâneo, a sustentabilidade assume relevância crescente orientando a gestão para a eficiência dos consumos, a redução de emissões e o cumprimento de práticas ambientais responsáveis.



5.1. Caracterização Global da Frota

5.1.1. Composição global da frota

A empresa dispõe de uma frota diversificada, integrando diferentes tipologias de viaturas que permitem adequar a operação às características do território e às exigências dos vários serviços. Esta diversidade garante a flexibilidade necessária para responder de forma eficiente às condições operacionais, assegurando a continuidade e a qualidade do serviço prestado.

À data de 31 de dezembro de 2025, a Horários do Funchal dispunha de 225 viaturas em serviço. No entanto, ao longo do exercício foram utilizadas 235 viaturas, diferença que corresponde a 10 unidades entretanto desafetas do serviço público, no âmbito da gestão regular do ciclo de vida da frota e da renovação operacional.

A tabela seguinte apresenta a composição global da frota, bem como a idade média das viaturas por tipologia, refletindo os ajustamentos registados ao longo do ano e o esforço contínuo de modernização

Quadro 15 - A frota

DESCRIÇÃO	2025		2024		2023		Variação Qtd. Viaturas 2025/2024	
	Qtd.	Idade Média	Qtd.	Idade Média	Qtd.	Idade Média	Absoluta	%
Frota HF	235	9,4	282	12,0	222	7,2	-47	-16,70%
Urbana	154	7,5	160	7,4	169	6,8	-6	-3,80%
Zonas Altas	14	10,1	14	9,1	14	8,1	0	0,00%
PMR	8	11,0	8	10,0	8	9,0	0	0,00%
Turismo	25	11,0	26	10,3	26	9,3	-1	-3,80%
Elétricos	5	6,0	5	5,0	5	4,0	0	0,00%
Interurbana - HF	14	9,9	15	8,9	0	0,0	-1	-6,70%
Aluguer (Ex-TIIM)	15	25,8	54	28,9	0	0,0	-39	-72,20%
Frota TIIM	0	0,0	0	0,0	60	25,1	0	n.a.
Interurbana	0	0,0	0	0,0	54	27,8	0	n.a.
Interurbana "Frota Nova"	0	0,0	0	0,0	6	1,0	0	n.a.
Alugueres	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
Frota Total	235	9,4	282	12,0	282	11,0	-47	-16,70%

Qtd. – Unidades; Idade – Anos;

As viaturas históricas aqui apresentadas não se encontram ao serviço,



mas representam uma parte importante da nossa história.

Nota sobre a frota Ex-TIIM:

As 54 viaturas interurbanas que a TIIM utilizou no serviço público eram propriedade da Horários do Funchal e, após o término dessa operação, regressaram integralmente à frota HF, sendo classificadas como Frota de Aluguer HF.

Das 54 viaturas, 6 continuam ao serviço na carreira interurbana do Curral das Freiras, agora operada diretamente pela Horários do Funchal, tendo esta oferta sido reforçada com mais 9 viaturas para garantir a continuidade e estabilidade do serviço.

As restantes viaturas foram progressivamente desativadas e retiradas de operação devido à sua elevada idade e obsolescência técnica, permanecendo atualmente apenas 15 unidades ativas deste conjunto original.

Figura 5 - Identificação visual da frota

Frota Horários do Funchal, Transportes Públicos S.A.



Frota TIIM – Ex-Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

5.2. Consumo de recursos e sustentabilidade

O Grupo Horários do Funchal mantém um compromisso contínuo com a gestão responsável dos recursos e com a redução da sua pegada ambiental, alinhando a operação com princípios de sustentabilidade, eficiência e melhoria contínua. Em 2025, foram monitorizados os principais indicadores ambientais — consumos de combustíveis, energia elétrica e água, resíduos produzidos e emissões de CO₂ — permitindo avaliar o impacto da atividade e identificar oportunidades de otimização.

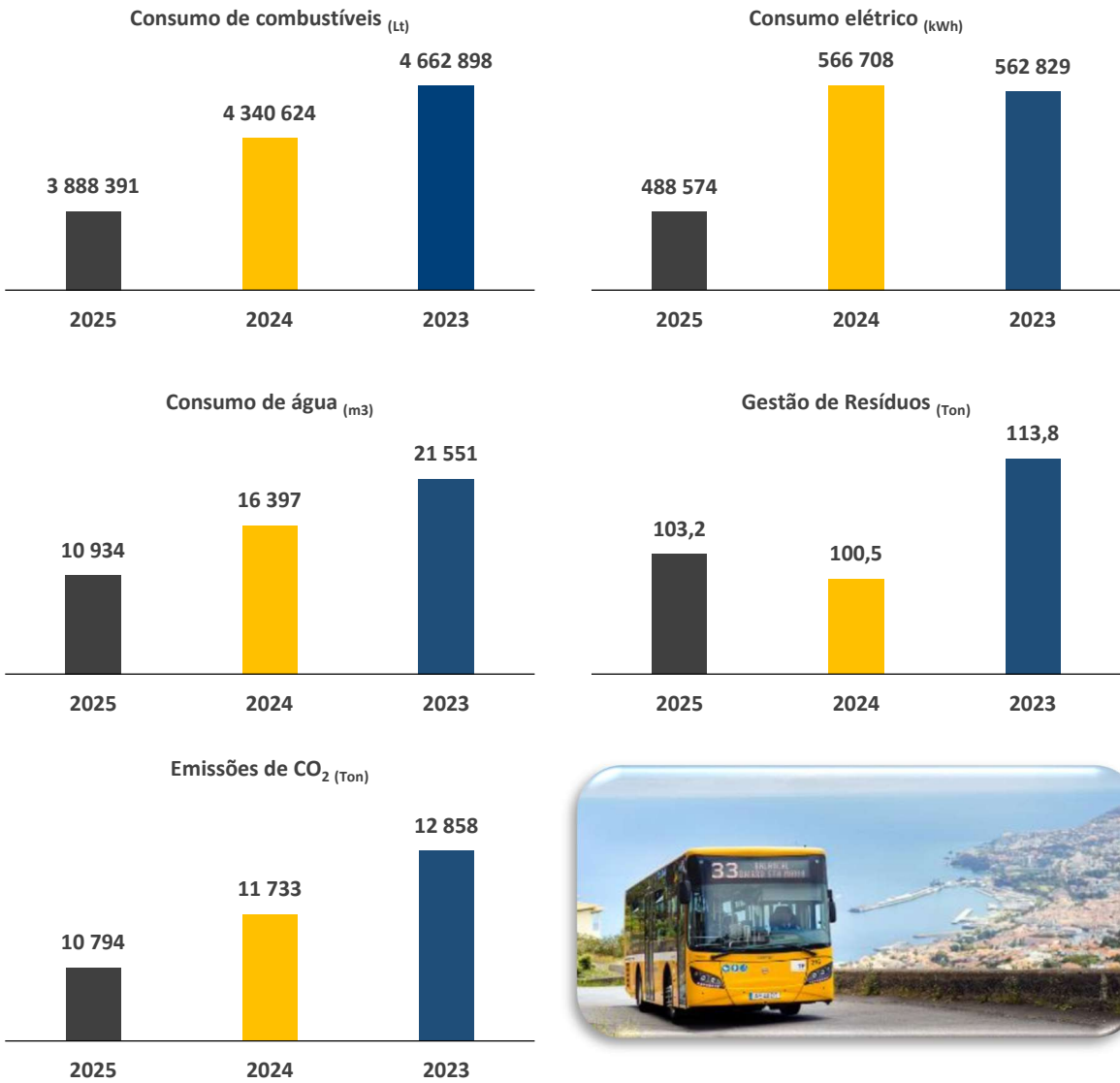
Este acompanhamento sistemático orienta decisões relacionadas com a renovação da frota, a eficiência dos processos de manutenção e a racionalização dos consumos, contribuindo para uma operação cada vez mais alinhada com as metas ambientais regionais e europeias.

A informação seguinte apresenta um quadro resumo dos indicadores ambientais mais relevantes, refletindo a evolução global dos consumos e reforçando o compromisso do Grupo com uma mobilidade mais sustentável.

Quadro 16 - Consumo de recursos

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
CONSUMO DE RECURSOS E SUSTENTABILIDADE					
Consumo de combustíveis (Lt)	3 888 391	4 340 624	4 662 898	- 452 233	- 10,4%
Consumo elétrico (kWh)	488 574	566 708	562 829	- 78 134	- 13,8%
Consumo de água (m³)	10 934	16 397	21 551	- 5 463	- 33,3%
Gestão de Resíduos (Ton)	103,2	100,5	113,8	+ 2,7	+ 2,7%
Emissões de CO2 (Ton)	10 794	11 733	12 858	-939,0	- 8,0%

Gráfico 8 – Consumo de recursos





06

Análise Económica e Financeira



6. Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira permite avaliar o desempenho global do grupo Horários do Funchal ao longo do exercício de 2025, evidenciando a evolução dos principais indicadores operacionais e a robustez da sua estrutura económica. Nesta secção, procede-se à comparação dos resultados com o ano anterior, permitindo compreender a trajetória financeira da empresa e identificar tendências relevantes no seu desempenho.

A leitura integrada dos resultados, dos rácios financeiros, da estrutura patrimonial, dos fluxos de caixa e do nível de endividamento oferece uma visão objetiva e fundamentada sobre a situação financeira da empresa. Esta análise é essencial para interpretar a eficiência da gestão, a sustentabilidade das operações e a capacidade de gerar valor económico e social.

Através da sistematização dos rendimentos, gastos, investimentos e indicadores de liquidez, solvabilidade e equilíbrio financeiro, este capítulo enquadra o desempenho do exercício e suporta a definição das perspetivas futuras da Horários do Funchal.

Figura 6 - GIRO Passe e GIRO Bilhete



6.1. Resultados

Os resultados apurados no final do exercício de 2025 foram os seguintes:

Quadro 17 - Resultados

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
RESULTADOS					
EBITDA	162 827	7 606 832	683 940	- 7 444 005	- 97,9%
EBIT	- 5 331 599	2 226 424	- 3 408 216	- 7 558 023	- 339,5%
Resultado antes de impostos	- 6 400 851	493 896	- 3 712 948	- 6 894 747	- 1 396,0%
Resultado Líquido	- 6 299 883	562 345	- 3 630 920	- 6 862 228	- 1 220,3%

Valores em euros

O desempenho económico do Grupo HF, em 2025, gerou um Resultado Líquido (RL) negativo de 6 299,9 mil euros, o qual reflete um decréscimo de 6 862,2 mil euros face ao exercício anterior. Para esta evolução contribuiu a variação observada no EBITDA de 7 444,0 mil euros, apresentando um total de 162,8 mil euros, consequência do acréscimo registado nas rubricas “Subsídios à Exploração” e “Fornecimentos e serviços externos” que superou a variação positiva registada nas rubricas “Vendas e serviços prestados” e “Gastos com Pessoal”.

O EBIT, ou Resultado Operacional, atingiu um resultado negativo de 5 331,6 mil euros, decrescendo em cerca de 7 558,0 mil euros (-339,5%), relativamente ao ano 2024.

Gráfico 9 - Solvabilidade (%)

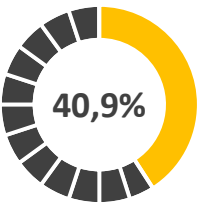


Gráfico 10 - Autonomia financeira (%)

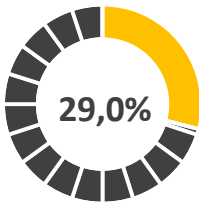
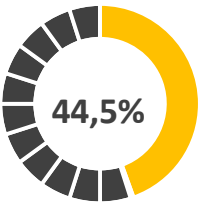


Gráfico 11 - Capacidade de endividamento (%)



6.2. Rendimentos e Ganhos

Os Rendimentos e Ganhos do exercício de 2025 registaram um decréscimo face ao ano anterior, registando no exercício um total de 34 188,9 mil euros, um valor inferior ao ano homólogo em 5 152,0 mil euros.

Quadro 18 - Rendimentos e Ganhos

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
RENDIMENTOS E GANHOS	34 188 859	39 340 894	31 427 100	- 5 152 036	- 13,1%
Vendas e Serviços Prestados	30 063 812	27 658 174	20 437 447	+ 2 405 637	+ 8,7%
Subsídios à Exploração	11 337	6 805 048	6 947 096	- 6 793 711	- 99,8%
Trabalhos Própria Entidade	27 134	0	72 168	+ 27 134	n.a.
Outros Rendimentos	4 086 576	4 877 672	3 970 388	- 791 096	- 16,2%

Valores em euros.

Gráfico 12 Distribuição dos Rendimentos e Ganhos (%)



6.3. Gastos e Perdas

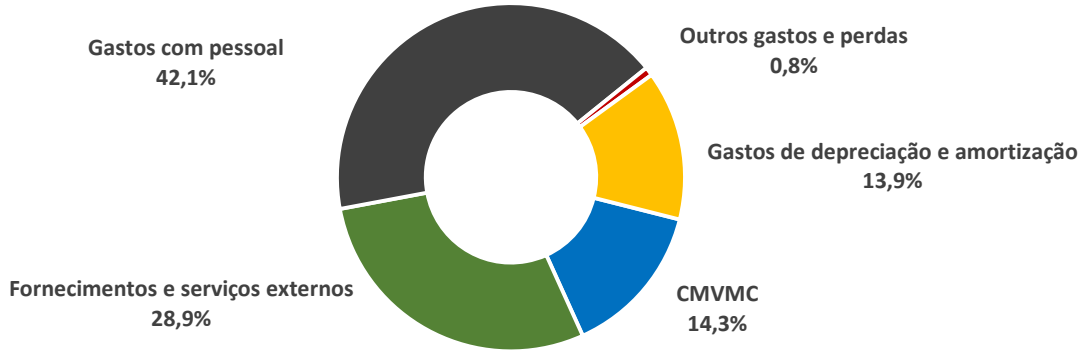
Os Gastos e Perdas do exercício de 2025 registaram um acréscimo face ao ano anterior, registando no exercício um total de 39 520,4 mil euros, um valor superior ao ano homólogo em 2 405,9 mil euros (+6,5%).

Quadro 19 - Gastos e Perdas

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
GASTOS E PERDAS	39 520 457	37 114 470	29 135 980	+ 2 405 987	+ 6,5%
Custo Mercad. Vendidas Matérias Consumidas	5 670 417	6 173 106	6 565 102	- 502 688	- 8,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	11 405 904	7 814 362	2 521 274	+ 3 591 542	+ 46,0%
Gastos com Pessoal	16 627 630	17 311 646	14 000 100	- 684 016	- 4,0%
Outros Gastos	322 080	434 948	483 601	- 112 868	- 25,9%
Gastos de Depr. e amortização	5 494 426	5 380 408	5 565 903	+ 114 018	+ 2,1%

Valores em euros.

Gráfico 13 Distribuição dos Gastos e Perdas (%)



6.4. Dívida Financeira e Comercial

Relativamente à dívida financeira e comercial, não avalizada, regista um aumento de 2 014,7 mil euros (+33,5%) quando comparado com o ano 2024, fruto da necessidade de reforço da tesouraria da empresa. A dívida financeira avalizada, registava no final do ano de 2025 o montante de 21,8 milhões de euros (-41,2%), face a 2024, esta variação justifica-se pela amortização parcial do empréstimo de médio e longo prazo.

Quadro 20 – Dívida Financeira e Comercial

DÍVIDAS COMERCIAL E FINANCEIRA	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
Dívida não avalizada	8 037 088	6 022 366	4 875 574	+ 2 014 722	+ 33,5%
Comercial	2 537 088	2 512 366	1 975 574	+ 24 722	+ 1,0%
Financeira	5 500 000	3 510 000	2 900 000	+ 1 990 000	+ 56,7%
Dívida Avalizada	21 839 192	37 128 068	34 899 109	- 15 288 876	- 41,2%
Financeira	21 839 192	37 128 068	34 899 109	-15 288 876	- 41,2%

Valores em euros.

Ao nível dos “Juros suportados” e “Outros gastos e perdas de financiamento”, verifica-se uma redução de 676,0 mil euros (-37,1%), a qual decorre da amortização antecipada de parte do capital e respetivos encargos associados ao empréstimo de médio e longo prazo.

Quadro 21 – Juros

JUROS	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
				Absoluta	%
Juros suportados	1 148 441	1 824 478	1 257 669	- 676 037	- 37,1%
Outros gastos e perdas de financiamento	0	0	121 636	0	n.a.
TOTAL	1 148 441	1 824 478	1 379 305	- 676 037	-37,1%

Valores em euros.

6.5. Estrutura Patrimonial

No final de 2025, a estrutura patrimonial registava a seguinte composição:

Quadro 22 – Estrutura Patrimonial

ESTRUTURA DO BALANÇO	2025	2024	2023	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Ativo não corrente	46 001 113	50 558 687	50 574 159	- 4 557 574	- 9,0%
Ativo Corrente	6 215 063	24 659 518	14 930 978	- 18 444 455	- 74,8%
Total Ativo	52 216 176	75 218 205	65 505 137	- 23 002 029	- 30,6%
Capital realizado	17 852 360	17 852 360	17 852 360	0	0,0%
Resultados transitados	-22 532 922	-23 770 675	-25 279 301	+ 1 237 753	+ 5,2%
Outras variações no capital	5 159 731	6 255 402	6 604 748	- 1 095 672	- 17,5%
Resultado líquido	-6 299 883	562 345	986 162	- 6 862 228	- 1 220,3%
Capital Próprio	15 163 460	22 292 011	18 890 246	- 7 128 551	- 32,0%
Passivo Não Corrente	18 887 271	36 239 661	37 268 221	- 17 352 390	- 47,9%
Passivo Corrente	18 165 445	16 686 533	9 346 670	+ 1 478 912	+ 8,9%
Total do Passivo	37 052 716	52 926 194	46 614 891	- 15 873 478	- 30,0%
Total do Capital Próprio e do Passivo	52 216 176	75 218 205	65 505 137	- 23 002 029	- 30,6%

Valores em euros.

Na estrutura do Balanço, comparativamente ao exercício anterior, importa destacar o decréscimo de 23 002,0 mil euros (-30,6%) no Ativo. Esta variação resulta, essencialmente, da redução de 13 491,2 mil euros na rubrica “Caixa e depósitos bancários”, decorrente da amortização antecipada de parte do capital e dos respetivos encargos associados ao financiamento de médio e longo prazo, da redução de 4 584,3 mil euros (-9,2%) na rubrica “Ativos fixos tangíveis”, e da diminuição de 4 625,0 mil euros (-74,8%) na rubrica “Outros créditos a receber”, motivada pela especialização, em 2024, da receita referente a este exercício, a faturar em 2025, relativa às indemnizações compensatórias decorrentes da 8.ª adenda ao Contrato de Serviço Público da HF, S.A.

Quanto ao **Passivo** observa-se uma redução de 15 873,5 mil euros (+30,0%) relativamente ao ano de 2024, que tem origem na diminuição de 13 298,9 mil euros (-32,7%) na rubrica “Financiamentos obtidos”, fruto da amortização parcial e antecipada do empréstimo a médio e longo prazo, conforme combinado com as instituições bancárias, bem como do aumento das contas caucionadas associado às necessidades de tesouraria apresentadas pelo Grupo HF.

Por fim, o **Capital Próprio** regista uma diminuição de 7 128,5 mil euros (-32,0%), decorrente das variações observadas em diversas rubricas, destacando-se a redução de 6 862,2 mil euros (-1 220,3%) na rubrica “Resultado líquido do exercício”, conforme detalhado no ponto 6.1. do presente relatório.

Gráfico 14 – Estrutura Patrimonial



Perspetivas Futuras

As perspetivas futuras do Grupo Horários do Funchal enquadram-se na continuidade do processo de reorganização da mobilidade pública regional, que prevê a integração da TIIM na Horários do Funchal e a transferência definitiva do Sistema de Bilhética Integrada (GIRO) para o IMT, IP-RAM até ao final de 2026, conforme estipulado no quadro legal aplicável. Esta evolução permitirá consolidar responsabilidades numa única entidade operacional, reforçando a eficiência e a coerência do sistema de mobilidade da Região.

No plano económico e operacional, o Grupo continuará a acompanhar com atenção a instabilidade internacional, nomeadamente os conflitos militares globais, que têm condicionado o preço dos combustíveis — em particular o gasóleo — e que poderão exercer pressão adicional sobre os custos de exploração. Simultaneamente, este contexto poderá conduzir a um aumento da procura pelo transporte público, à medida que os utilizadores procuram alternativas mais económicas face ao encarecimento da mobilidade individual.

Prevê-se também a atualização do tarifário regional, alinhada com as orientações da tutela e com a necessidade de garantir equilíbrio entre o custo real do serviço e o enquadramento económico atual. O Grupo acompanhará estas alterações com especial atenção ao impacto na procura e na acessibilidade do transporte para a população.

No domínio dos recursos humanos, permanecerá como prioridade o reforço da capacitação técnica, a valorização das equipas e o desenvolvimento de políticas de bem-estar organizacional, reconhecendo as exigências operacionais associadas às funções de condução e apoio à operação. A experiência de 2025 — marcada por níveis elevados de absentismo, greves no setor e aumento das necessidades operacionais —

reforçou a importância de investir em formação especializada e em mecanismos de apoio psicossocial, assegurando equipas preparadas, equilibradas e orientadas para a qualidade do serviço.

A nova administração representa um fator adicional de confiança, conjugando competência técnica e experiência de gestão, elementos que sustentam uma trajetória futura sólida. No plano institucional, prossegue o trabalho conjunto com a tutela na revisão dos modelos de compensação financeira, medida essencial para assegurar maior previsibilidade e estabilidade na gestão do serviço público.

Com estes vetores — integração institucional, modernização, estabilidade económica, valorização das pessoas e adaptação ao contexto internacional — o Grupo Horários do Funchal encontra-se preparado para evoluir de forma sustentável e contínua, mantendo a prestação de um serviço público de qualidade e alinhado com as necessidades de mobilidade da população madeirense e visitantes.

Responsabilidade da Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das Contas do Exercício anexas a este Relatório e Contas, assegurando que as mesmas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da empresa, de acordo com as políticas contabilísticas e a legislação aplicável.

O Conselho de Administração selecionou e aplicou políticas contabilísticas adequadas, consistentes com exercícios anteriores, efetuou estimativas prudentes, assegurou o cumprimento das normas legais e regulamentares vigentes e garantiu a existência de registos contabilísticos apropriados. Foram ainda implementados sistemas de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa, concebidos para detetar e mitigar riscos materiais.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos por auditor externo independente, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes que comprometam a sua fiabilidade ou a imagem verdadeira e apropriada das contas.

O Conselho de Administração declara que tomou conhecimento de todos os eventos subsequentes relevantes e que procedeu às divulgações necessárias, sendo as Contas do Exercício da inteira responsabilidade deste órgão.

Proposta para aplicação de resultados

De acordo com a Lei e com os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados do Grupo HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor negativo de 6 299 883,15 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 23 de março de 2026

O Conselho de Administração,

Marco Aurélio Fernandes Lobato
(Presidente Executivo)

Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa
(Vogal Executivo)

José Cirino de Freitas
(Vogal Executivo)

Jorge Miguel Vale Fernandes
(Vogal não Executivo)

Ana Catarina Sousa Silva Aguiar
(Vogal não Executiva)



A1

Contas do Exercício

BALANÇO CONSOLIDADO

A 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	45 197 362,15	49 781 710,00
Ativos fixos intangíveis		755 570,37	728 796,37
Participações financeiras - método de equiv. patrimonial	8	15 000,00	15 000,00
Participações financeiras - outros métodos		33 180,69	33 180,69
Outros investimentos financeiros	12	0,00	0,00
		46 001 113,21	50 558 687,06
Ativo corrente			
Inventários	10	1 573 814,05	1 419 113,89
Clientes	11	708 987,05	2 211 607,40
Adiantamentos a fornecedores	14	104 286,14	93 765,26
Estado e outros entes públicos	12	1 150 991,32	490 578,64
Acionistas/Sócios			
Outros créditos a receber	13	1 554 442,51	6 179 488,55
Diferimentos	15	449 069,20	100 214,12
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	673 472,91	14 164 750,34
		6 215 063,18	24 659 518,20
Total do ATIVO		52 216 176,39	75 218 205,26
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	16	17 852 360,00	17 852 360,00
Outros instrumentos de capital próprio	17	3 451 382,83	3 451 382,83
Reservas legais	18	432 629,73	432 629,73
Outras reservas	19	139 663,87	139 663,87
Resultados transitados	20	-22 532 922,01	-23 770 675,11
Ajustamentos em ativos financeiros	21	-151 571,69	-151 571,69
Excedentes de revalorização	22	17 112 069,60	17 520 473,79
Outras variações no capital próprio	23	5 159 730,90	6 255 402,46
Resultado líquido do período		-6 299 883,15	562 345,14
Total do Capital Próprio		15 163 460,08	22 292 011,02
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	39	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	24	16 488 334,32	33 464 090,15
Passivos por impostos diferidos	9	2 398 936,76	2 775 571,17
		18 887 271,08	36 239 661,32
Passivo Corrente			
Fornecedores	26	642 320,08	945 745,14
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12	432 455,66	392 293,14
Financiamentos obtidos	24	10 850 857,40	7 173 977,48
Outras dívidas a pagar	25	6 229 620,04	8 104 763,78
Diferimentos	15	10 192,05	69 753,38
		18 165 445,23	16 686 532,92
Total do Passivo		37 052 716,31	52 926 194,24
Total do Capital Próprio e do Passivo		52 216 176,39	75 218 205,26

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Intendente Marco Aurélio Fernandes Lobato

Vogal executivo: Eng.º Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa

Vogal executivo: Dr. º José Cirino de Freitas

Vogal não executivo: Dr. º Jorge Miguel Vale Fernandes

Vogal não executiva: Dr. ª Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

O Contabilista Certificado

Dr. º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	27	30 063 811,65	27 658 174,46
Subsídios à exploração	28	11 337,20	6 805 047,99
Variação nos inventários da produção	29	0,00	-8 853,34
Trabalhos para a própria entidade	30	27 133,61	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	31	-5 670 417,15	-6 173 105,57
Fornecimentos e serviços externos	32	-11 405 904,21	-7 814 362,09
Gastos com pessoal	33	-16 627 630,13	-17 311 646,22
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	3 515,33	-86 402,22
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11, 12 e 13	8 629,50	0,01
Provisões (aumentos/reduções)	39	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	34	4 074 431,45	4 877 671,87
Outros gastos e perdas	35	-322 080,04	-339 692,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		162 827,21	7 606 832,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	36	-5 494 425,77	-5 380 408,12
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	37	0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5 331 598,56	2 226 424,10
Juros e rendimentos similares obtidos		79 188,50	91 949,44
Juros e gastos similares suportados	38	-1 148 441,28	-1 824 477,92
Resultado antes de impostos		-6 400 851,34	493 895,62
Imposto sobre rendimento do período	9	100 968,19	68 449,52
Resultado líquido do período		-6 299 883,15	562 345,14

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Intendente Marco Aurélio Fernandes Lobato

Vogal executivo: Eng.º Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa

Vogal executivo: Dr. º José Cirino de Freitas

Vogal não executivo: Dr. º Jorge Miguel Vale Fernandes

Vogal não executiva: Dr. º Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

O Contabilista Certificado

Dr. º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	15 506 926,87	14 975 861,34
Pagamentos a fornecedores	-12 125 847,75	-16 851 471,45
Pagamentos ao pessoal	-9 910 623,13	-10 222 060,40
Caixa gerada pelas operações	-6 529 544,01	-12 097 670,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	48 053,05	9 952,26
Outros pagamentos/recebimentos	7 608 355,10	16 390 072,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	1 126 864,14	4 302 354,72
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Ativos fixos tangíveis	-1 661 857,23	-2 146 540,32
Ativos fixos intangíveis	0,00	-50 244,29
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos de		
Ativos fixos tangíveis	519,50	1 800,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	1 393 337,16	3 007 935,81
Juros e rendimentos similares	94 088,38	102 699,70
Dividendos	3 087,81	2 957,68
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-170 824,38	918 608,58
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamentos obtidos	9 570 417,90	5 457 532,23
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-22 869 293,81	-2 800 000,00
Juros e gastos similares	-1 148 441,28	-1 826 561,18
Dividendos	0,00	0,00
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	-14 447 317,19	830 971,05
Variação de caixa e seus equivalentes [1] + [2] + [3]	-13 491 277,43	6 051 934,35
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	14 164 750,34	8 112 815,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	673 472,91	14 164 750,34

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Intendente Marco Aurélio Fernandes Lobato

Vogal executivo: Eng.º Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa

Vogal executivo: Dr. º José Cirino de Freitas

Vogal não executivo: Dr. º Jorge Miguel Vale Fernandes

Vogal não executiva: Dr. º Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

O Contabilista Certificado

Dr. º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2025

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período 2025		17 852 360,00	3 451 382,83	432 629,73	139 663,87	-23 770 675,11	-151 571,69	17 520 473,79	6 255 402,46	562 345,14	22 292 011,02
Alterações no Período											
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis											0,00
Excedente rev. de at fixos tang e intang. resp variações	22					785 038,60		-785 038,60			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23								-1 381 896,87		-1 381 896,87
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 22 e 23					-104 410,12		376 634,41	286 225,31		558 449,60
Variações de capital em participadas	21										0,00
Aplicação do resultado líquido do período	20					562 345,14			-562 345,14		0,00
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	1 242 973,62	0,00	-408 404,19	-1 095 671,56	-562 345,14	-823 447,27
Resultado Integral										-6 299 883,15	-6 299 883,15
Operações c/ Detentores de capital no Período										-6 862 228,29	-6 862 228,29
Realizações de capital											0,00
Outras operações						-5 220,52					-5 220,52
		0,00	0,00	0,00	0,00	-5 220,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 220,52
Posição no fim do Período 2025		17 852 360,00	3 451 382,83	432 629,73	139 663,87	-22 532 922,01	-151 571,69	17 112 069,60	5 159 730,90	-6 299 883,15	15 163 460,08
Valores em euros.											

O Conselho de Administração:

Presidente executivo: Intendente Marco Aurélio Fernandes Lobato

Vogal executivo: Eng.º Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa

Vogal executivo: Dr. º José Cirino de Freitas

Vogal não executivo: Dr. º Jorge Miguel Vale Fernandes

Vogal não executiva: Dr. º Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

O Contabilista Certificado
Dr. º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO DE 2024

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no Início do Período 2024		17 852 360,00	3 451 382,83	432 629,73	139 663,87	-25 279 301,35	-151 571,69	14 854 172,75	6 604 747,54	986 161,89	18 890 245,57
Alterações no Período											
Excedente rev. de at fixos tang e intang. resp variações	22							3 479 704,67			3 479 704,67
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23					577 052,77		-577 052,77			0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 22 e 23								-409 548,75		-409 548,75
Variações de capital em participadas	21					-84 826,76		-236 350,86	60 203,67		-260 973,95
Aplicação do resultado líquido do período	20					986 161,89				-986 161,89	0,00
Resultado Líquido do Período											
		0,00	0,00	0,00	0,00	1 478 387,90	0,00	2 666 301,04	-349 345,08	-986 161,89	2 809 181,97
Resultado Integral											
Operações c/ Detentores de capital no Período										562 345,14	562 345,14
Realizações de capital										-423 816,75	-423 816,75
Outras operações						30 238,34					0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	30 238,34	0,00	0,00	0,00	0,00	30 238,34
Posição no Fim do Período 2024		17 852 360,00	3 451 382,83	432 629,73	139 663,87	-23 770 675,11	-151 571,69	17 520 473,79	6 255 402,46	562 345,14	22 292 011,02
Valores em euros.											

Valores em euros.

O Conselho de Administração:

Presidente executivo: Intendente Marco Aurélio Fernandes Lobato

Vogal executivo: Eng.º Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa

Vogal executivo: Dr. º José Cirino de Freitas

Vogal não executivo: Dr. º Jorge Miguel Vale Fernandes

Vogal não executiva: Dr. º Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

O Contabilista Certificado
Dr. º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro



A2

Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da entidade

1.1 Designação da Entidade

As designações das entidades incluídas na consolidação, doravante Grupo HF, são as seguintes:

- **Horários do Funchal-Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe ou HF)**

Travessa da Fundoa de Baixo, nº. 5

São Roque

9020 -242 Funchal

- **TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. (TIIM)**

Fundoa de Baixo

São Roque

9020-242 Funchal

1.2 Natureza da atividade

A natureza das atividades que constituem o Grupo HF é a seguinte:

A Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., sociedade, comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, e, no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente subscrito e realizado, de 17 852 360,00 Euros.

A TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, de capitais públicos, tem como atividade a comercialização, desenvolvimento, disponibilização, operação e gestão de forma integrada de serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros, incluindo Sistemas de Bilhética, Sistemas de Bilhética embarcada, Sistemas de Bilhética portátil

para o transporte público coletivo de passageiros, incluindo a venda de títulos de transporte e cálculo de repartição de receitas entre Operadores.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5 000 000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo HF foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual e por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº 238/91, de 2 de julho e respetivas atualizações.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 23 de março de 2026, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3 foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2025 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2024.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, não obstante a inclusão da nova atividade da empresa a partir de 1 de julho de 2024, na empresa TIIM, S.A., leva-nos a novas rubricas em que não existe comparabilidade com o exercício anterior e que foram devidamente explanadas no decurso das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando-se, contudo, as seguintes situações:

- Ativos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos ativos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida como, também, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

- Os terrenos e edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.
- A última revalorização dos terrenos e edifícios tinha sido em 2014, no entanto, não originaram qualquer atualização, pelo que a 31/12/2019 procedeu-se a novas avaliações, no grupo HF para obtenção dos justos valores. No final do exercício de 2024, procedeu-se a nova avaliação para obtenção do justo valor, sendo o mesmo refletido no presente exercício, cumprindo assim com o estabelecido;
- Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos de Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro e 264/92 de 24 de novembro.
- Na data da transição para as NCRF, o Grupo HF decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro e 264/92, de 24 de novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF n.º 7, com exceção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.
- Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo HF.
- Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.
- Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, o Grupo HF tem, por norma, que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação, associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte do Grupo HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado

regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo, inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

- No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. O Grupo HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.
- Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.
- Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo o Grupo HF acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e, inerentemente, alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual, o Grupo HF, espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas:	
Motores	8
Caixa de Velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos de Cobrança e Controlo	3 a 8

Programas de Cobrança e Controlo	3
Equipamento de Transporte	6
Equipamento Administrativo	3 a 8
Equipamento Biológico	-
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3 a 8

- As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.
- Face ao plano de investimento aprovado pelo Conselho de Administração da HF, para o período de 2019 a 2029 (período de concessão), onde está prevista a renovação total da frota (viaturas para transporte de passageiros), em 2020, foi decidido proceder à alteração da política de estimativa das vidas úteis, a aplicar às novas aquisições, nomeadamente pela atribuição de uma vida útil de 8 anos às viaturas no seu todo, deixando de existir uma desagregação dos seus componentes, uma vez que não é esperado grandes investimentos/reparações durante o período de concessão, pelo que os custos com assistência diária, reparação e manutenção, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.
- Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

O Grupo HF classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF n.º 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros, acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

A HF, S.A., em outubro de 2018, assinou o Contrato de Concessão do Serviço público de transporte rodoviário de passageiros no Município do Funchal, entre a Região Autónoma da Madeira, Autoridade de Transporte competente, representada no ato pelo Vice-Presidente Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado e a Horários do Funchal, S.A., um contrato de concessão com a duração de 12 anos, tendo o seu término a 31/12/2029, no sentido de manter os princípios da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da Prestação do Serviço público e da necessidade e suficiência de recursos, que o Operador Horários do Funchal, S.A. detém na totalidade e lhe permite assegurar o serviço objeto do contrato.

Em relação à TIIM, o Despacho nº 230/2023, de 19 de julho, da Diretora Regional de Economia e Transportes Terrestres, publicado no JORAM n.º 129, 2.º suplemento, da II Série de julho, autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóvel, que tenham sido renovados após a data limite do período referido na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, pelo período necessário até ao efetivo início da nova operação de transportes dos operadores selecionados através de procedimento concorrencial, ou seja, até ao efetivo início do Período de Exploração dos “Contratos de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros de âmbito Intermunicipal e Municipal da RAM (LOTE 1 e LOTE 2), mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de julho de 2023.

A Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 402/2024, publicada a 23 de maio de 2024, no JORAM nº 81, 3.º suplemento, da I Série de maio, veio mandar a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., para, com o apoio da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., e em articulação com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, continuar a desenvolver todos os procedimentos e praticar os atos previstos nos contratos de “Concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira”, tendo em conta as seguintes considerações:

- Considerando que, em cumprimento do novo quadro normativo vigente, foi autorizada, por Resolução do Conselho de Governo n.º 1285/2020, de 30 de dezembro, a abertura do procedimento para a “Concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira”;
- Considerando que, em resultado daquele procedimento, foi autorizada a decisão de adjudicação das Concessões dos Lotes 1 e 2, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 861/2022, de 16 de setembro, tendo, subsequentemente, ambos os Contratos de Concessão sido visados pelo Tribunal de Contas, em 21 de março de 2023;
- Considerando que a completa implementação das concessões de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira (RAM) implica também a concretização da implementação do sistema de gestão integrada de todas as concessões de serviço público de transporte rodoviário de passageiros;
- Considerando a inadiabilidade e urgência em operacionalizar todos procedimentos e envidar todos os esforços para que se cumpra o prazo de implementação do sistema de bilhética a partir de um de julho de 2024;
- Considerando que a Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 113/2023, de 24 de fevereiro, mandou a Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., atualmente designada de TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., para, em estreita articulação com a Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., e com a tutela setorial e financeira destas duas empresas públicas regionais, desenvolver os procedimentos e praticar os atos tendentes à gestão do sistema de bilhética integrada da RAM, por parte daquela empresa pública;
- Considerando que importa precisar aquele mandato.

O Conselho do Governo reunido em plenário, em 16 de maio de 2024, resolve:

1. Mandatar a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., para, com o apoio da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., e em articulação com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, continuar a desenvolver todos os procedimentos e praticar os atos previstos nos contratos de “Concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira” sinalizados como sendo incumbência dos Transportes Integrados e Intermodais da Madeira (TIIM), nos termos dos Anexos 6 e 11 do Caderno de Encargos do Concurso Limitado para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, tendo em vista o início do sistema de bilhética integrada a 1 de julho de 2024, devendo, para o efeito, e para os procedimentos ainda por implementar, obter o parecer prévio da Concedente, representada, para este efeito, pela Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre (DRTMT), que assegurará, igualmente, a articulação e os contactos necessários com as concessionárias, ratificando-se todos os procedimentos já implementados diretamente associados a este processo.
2. Determinar que, para dar cumprimento ao disposto no número 1, e salvo definição em contrário decorrente de despacho conjunto dos Secretários Regionais com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, o desenvolvimento dos atos e procedimentos a serem praticados pela TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., e, subsidiariamente, pela Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., devem enquadrar-se nas atividades elencadas nos Anexos 6 e 11 do Caderno de Encargos do Concurso Limitado para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente, nos seguintes processos, já autorizados e a autorizar:
 - a) Sistema de Bilhética a utilizar na exploração do Serviço Público, interoperável com todos os operadores de transportes públicos da RAM;
 - b) Bilhética Móvel e comercialização de Títulos de Bilhética Móvel;
 - c) Apuramento da repartição de receitas de Títulos intermodais e Suportes de Títulos;
 - d) Sistema de Apoio à Exploração a utilizar na exploração do Serviço Público, interoperável com todos os operadores de transportes públicos da RAM;
 - e) Sistema de Gestão de Fiscalizações Comerciais;
 - f) Rede de Vendas intermodal da RAM e de comercialização de Títulos de transporte;
 - g) Serviço integrado de atendimento ao cliente, para toda a RAM;

- h) Dísticos identificadores de paragens, mapas da rede, horários e folhetos informativos, de forma integrada para toda a RAM, para afixação nas paragens e terminais rodoviários;
 - i) Gestão da marca “GIRO” e da marca a utilizar pelos Bilhetes Regionais Turísticos;
 - j) Aquisição de Suportes de Títulos e módulos de segurança e sua revenda aos Operadores da RAM;
 - k) Venda de títulos de transporte e faturação dos mesmos em nome da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A.;
 - l) Manutenção de 1.ª linha do Sistema de Bilhética;
 - m) Sistema de comunicações locais para ativos de bilhética do Sistema GIRO;
 - n) Contratação de serviços de pagamento automático e/ou eletrónico e serviços de venda de títulos de transporte.
3. Determinar que a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., e, subsidiariamente, a Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., colaborarão com a DRTMT na implementação das seguintes soluções:
- a) Website e App;
 - b) Sistema de Gestão de Reservas;
 - c) Sistema de Gestão de Reclamações.
4. Determinar que, de modo a operacionalizar o disposto no número anterior, são criadas equipas técnicas com representantes da Concedente, da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. e/ou da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., envolvendo, sempre que necessário, os representantes das concessionárias, cuja coordenação compete à DRTMT, enquanto representante da Concedente.
5. Determinar que, em cumprimento do ponto 2.1. do Anexo 11 do Caderno de Encargos do Concurso Limitado para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. é ressarcida pelos custos efetivos incorridos com o cumprimento das obrigações estipuladas nos números um, dois e três, incluindo, designadamente, os decorrentes dos procedimentos lançados e a lançar aí enquadrados, os quais são apurados e validados por representantes das Secretarias Regionais com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, neste último caso representada pela DRTMT, mediante

informação detalhada a fornecer por aquela empresa, a qual deverá salvaguardar a não duplicação de financiamento, incluindo da UE.

6. Determinar que, para efeitos do número anterior, são enquadráveis naquele âmbito os custos incorridos pela Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., em substituição das obrigações da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., os quais seguem os mesmos princípios de apuramento.
7. Revogar a Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 113/2023, de 24 de fevereiro.

Assim, em suma, o regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, teve a sua prorrogação até ao fim de junho de 2024, uma vez que a 1 de julho de 2024, foi a data efetiva em que entrou em vigor o novo sistema de bilhética integrada GIRO, com a nova Rede de Transportes Públicos da Região Autónoma da Madeira, a rede SIGA, que foi apresentada, no passado dia 20 de junho de 2024.

Locações

O Grupo HF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional, se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pelo Grupo HF, à luz dos contratos de locação operacional, são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo HF e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do Grupo HF, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo HF.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos, são calculados e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao desconto respetivo.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, fato que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF n.º 25 o Grupo HF, procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos, se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo HF reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Outros créditos a receber

Nos outros créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Ativos não correntes detidos, para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo HF também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e

intangíveis com vida útil indefinida são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio ou outro apoio de entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo HF cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio, ou outro apoio de entidades públicas, que se torne recetível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recetível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima, ou compensar deficits de exploração de um dado exercício, imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio ou outro apoio de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do Grupo HF, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar, quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios, ou outros apoios de entidades públicas não condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo HF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- Sendo provável que um exfluxo gere recursos que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro

Ativos e passivos contingentes

O Grupo HF não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo gere benefícios económicos futuros será exigido que, para um item previamente tratado como um passivo contingente, seja reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo HF divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo HF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo HF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo HF;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo HF;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 23 de março de 2026, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço, que não dão lugar a ajustamentos, são divulgados na Nota 44.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e, sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registradas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros encontra-se em imparidade, sempre que, exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos, no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contábilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo HF e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contábilísticas utilizadas pelo Grupo HF é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Grupo HF, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo HF e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas, analisadas de seguida, são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo HF determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo HF avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações, considerando para os títulos cotados com desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo HF.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade, sempre que existam fatos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas, quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo fato de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo HF.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade, relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo HF, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatos, que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos, para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo HF, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis durante os seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016, podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017 foram revogadas e alteradas as regras de utilização de prejuízos fiscais em que previam a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO), passando a ser permitida a dedução em primeiro lugar os prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo HF, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Face à pandemia Covid-19, o Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio criar um regime especial de dedução de prejuízos fiscais que venham a ser apurados no período de tributação de 2020 e 2021, e relativamente aos prejuízos fiscais que se encontrem em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020:

- Prejuízos fiscais de 2020 e 2021: o prazo de reporte passa a ser de 10 anos (anteriormente, 5 anos). Para as PME, mantém-se o prazo de 12 anos;
- O limite de 70% para dedução ao lucro tributável é elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021;
- Relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Na sequência do Orçamento de Estado para 2023, deixa de existir limitação temporal para a dedução de prejuízos fiscais, apurados a partir de 1 de janeiro de 2023, bem como a prejuízos fiscais anteriores a 1 de

janeiro de 2022, cujo reporte da dedução ainda se encontre em curso à entrada em vigor da Lei do OE para 2023.

Quanto ao limite, o mesmo não pode ultrapassar os 65% do respetivo lucro tributável, o que perfaz 75% sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projeções do Grupo HF, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, o grupo à data de 31/12/2024, reavaliou os ativos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente, para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, o Grupo HF, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Face ao plano de investimento aprovado pelo Conselho de Administração, para o período de 2019 a 2029 (período de concessão), onde está prevista a renovação total da frota (viaturas para transporte de passageiros), em 2020 foi decidido proceder à alteração da política de estimativa das vidas úteis, a aplicar às novas aquisições, nomeadamente pela atribuição de uma vida útil de 8 anos às viaturas no seu todo, deixando de existir uma desagregação dos seus componentes, uma vez que não é esperado grandes investimentos/reparações durante o período de concessão, pelo que os custos com assistência diária, reparação e manutenção, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Revalorização de ativos fixos tangíveis

O Grupo HF, em 2010, valorizou os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método, foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente e teve como referência os preços observáveis no mercado ativo ou em transações de mercado recente.

O valor da revalorização de 2010 foi novamente validado por avaliações externas efetuadas por um perito externo e independente no final de 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente. Em 2019 e 2024, fruto de novas avaliações por um perito externo e independente, foram efetuados os ajustes do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Relativamente à invasão à Ucrânia, ao conflito Israel-Gaza e mais recentemente ao conflito militar direto envolvendo o Irão, Israel e os Estados Unidos, as mesmas continuam a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja, do ponto de vista da inflação, seja, com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Não sendo possível prever alguns dos efeitos que possam advir da evolução deste conflito, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações. De realçar, neste momento a pressão constante sobre os preços da energia, onde já verificamos um grande impacto nos combustíveis e que reflete diretamente com a tesouraria.

A 30 de dezembro de 2020, foi publicado no JORAM I Série, Nº 245, 4º suplemento, a resolução nº 1285/2020, que autoriza a realização da despesa inerente ao concurso público internacional para a “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na RAM” e a 8 de fevereiro de 2021 o mesmo foi publicado no Diário da República, nº 26, parte L - Contratos Públicos, concurso que se aplica a todo o serviço de transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, na qual a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira está inserida.

Assim, atendendo, que a TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., não concorreu ao citado concurso, cuja data de entrada ocorreu a 1 de julho de 2024 e que:

- O Conselho de Governo Regional manditou a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., para, com o apoio da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., e em articulação com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, continuar a desenvolver todos os procedimentos e praticar os atos

previstos nos contratos de “Concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira”;

- O Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2024/M, de 12 de julho, que aprova a organização e funcionamento do XV Governo Regional da Madeira, incumbiu à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (SREI), as atribuições referentes ao setor dos transportes e mobilidade terrestre e dos transportes marítimos e acessibilidades marítimas;
- O Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M, de 4 de dezembro, procedeu à criação do Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM (IMT, IP-RAM), serviço da administração indireta da Região Autónoma da Madeira (RAM), com poderes de regulação e supervisão no setor dos transportes, que tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento, bem como supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas no setor das infraestruturas rodoviárias e no setor dos transportes terrestres e marítimos, de modo a satisfazer as necessidades de mobilidade de pessoas e bens, visando ainda a promoção da segurança, da qualidade e dos direitos dos utilizadores dos transportes terrestres e marítimos;
- Este novo organismo, que passa a agregar as funções da Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre, criada através do Decreto Regulamentar Regional, nº 11/2024/M, de 14 de fevereiro, que assumiu as atribuições respeitantes ao setor dos transportes e mobilidade terrestre que estavam cometidas à então Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres, com as funções do Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P., da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), apresenta diversas vantagens organizacionais com ganhos de eficiência e eficácia no serviço público prestado, resultantes da integração e uniformização da atividade, evitando a duplicação no exercício de determinadas funções e assegurando uma melhor coordenação de políticas públicas no setor da mobilidade e transportes;
- O IMT, IP-RAM sucede nas atribuições, competências, direitos e obrigações e posições contratuais da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., anteriormente com a denominação «Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.», empresa pública do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira integralmente detida pela Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., na área da gestão do sistema de bilhética integrado da RAM;
- Por último, o Decreto Legislativo Regional nº 5/2025/M, de 1 de agosto, procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M, de 4 de dezembro, que cria o Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM, e, onde estabelece a revisão do prazo fixado no n.º 3 aplicável nos termos do disposto no n.º 6, ambos do artigo 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M, de 4 de dezembro, na medida em que o processo de transição de atribuições, competências, direitos e obrigações e posições contratuais

da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, SA para o IMT, IP-RAM, previsto no n.º 2 do artigo 24.º do mesmo diploma, tem conhecido complexidades decorrentes da implementação da gestão do sistema de bilhética integrado da RAM e do Sistema de Apoio à Exploração - SAE, que importa resolver e concluir antes daquela transição, tendo como limite o ano de 2026.

Pelo exposto, é inevitável que durante o exercício de 2026, existam alterações na continuidade da TIIM, S.A., sendo certo que foi assumido o compromisso de promover todas as diligências necessárias com vista à extinção da sociedade, e, que se encontra previsto um processo de fusão por incorporação da TiiM, na HF, a se concretizar durante o exercício de 2026, no âmbito do processo de reestruturação e racionalização da atividade, estando em elaboração o respetivo projeto de fusão que sustenta a referida operação. Não obstante, à data de 31 de dezembro de 2025, a Sociedade mantém a sua autonomia jurídica e operacional, não existindo qualquer decisão de cessação de atividade. Neste contexto, e tendo em consideração a natureza da operação, que consubstancia uma reorganização societária sem impacto na continuidade das operações, a mesma não coloca em causa a aplicação do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas incertezas materiais que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade em prosseguir a sua atividade no futuro previsível, conforme podemos constatar no Decreto Legislativo Regional nº 5/2025/M, que estabelece os vários critérios para as atribuições, competências, direitos e obrigações e posições contratuais da TIIM.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa, brutos, em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo HF classifica os juros e dividendos pagos, como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis, para uso

A 31 de dezembro de 2025, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	116 150,11	114 717,89
Caixa Principal	33 250,00	34 000,00
Caixa Transferência Fundos	147,80	10 082,58
Caixa Depósitos	82 752,31	70 635,31
Depósitos à Ordem	368 165,29	8 149 474,94
Montepio Geral	4 164,36	230 274,88
Banco BIC	314 883,74	767 595,57
Caixa Geral de Depósitos (*)	43 735,08	7 127 426,16
Paypal Europe	240,85	557,74
Santander Totta	5 141,26	23 620,59
Outros depósitos	189 157,51	5 900 557,51
Caixa Geral de Depósitos	189 157,51	189 157,51
Montepio Geral (*)	0,00	5 711 400,00
Total	673 472,91	14 164 750,34

Valores em euros; (*) Inclui valores cativos em 2024 para amortização do empréstimo MLP, conforme estipulado nos contratos.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período, o Grupo HF não alterou qualquer política contabilística.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Valor Bruto	88 882 046,01	88 522 120,49
Terrenos e Recursos Naturais	6 710 150,00	6 710 153,95
Edifícios e Outras Construções	22 295 544,97	22 295 544,99
Equipamento Básico	50 848 773,23	51 313 183,30
Equipamento de Transporte	489 775,33	489 775,33
Equipamento Administrativo	2 439 701,20	2 415 086,79
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 921 668,21	2 912 279,89
Investimentos em curso	3 176 433,07	2 386 096,24
Depreciação Acumulada e Imparidade	-43 684 683,86	-38 740 410,49
Depreciação do Período	-5 494 425,77	-5 357 635,35
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-38 074 817,33	-33 267 334,38
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-115 440,76	-115 440,76
Valor Líquido Contabilístico	45 197 362,15	49 781 710,00

Valores em euros.

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Abates/Alienações	Saldo Final
Valor Bruto	88 522 120,49	1 276 343,81	0,00	-916 418,29	88 882 046,01
Terrenos e recursos naturais	6 710 153,95	0,00	0,00	-3,95	6 710 150,00
Edifícios e outras construções	22 295 544,99	0,00	0,00	-0,02	22 295 544,97
Equipamento básico	51 313 183,30	26 165,64	0,00	-490 575,71	50 848 773,23
Equipamento de transporte	489 775,33	0,00	0,00	0,00	489 775,33
Equipamento administrativo	2 415 086,79	30 169,11	0,00	-5 554,70	2 439 701,20
Outros ativos fixos tangíveis	2 912 279,89	11 082,28	0,00	-1 693,96	2 921 668,21
Investimentos em curso	2 386 096,24	1 208 926,78	0,00	-418 589,95	3 176 433,07
Depreciação Acum. e Imparidade	-38 740 410,49	-5 494 425,77	0,00	550 152,40	-43 684 683,86
Terrenos e recursos naturais	-3,95	0,00	0,00	3,95	0,00
Edif. e outras construções	-4 016 826,60	-929 687,25	0,00	-6 120,16	-4 952 634,01
Equipamento básico	-29 799 274,24	-4 294 871,63	0,00	549 019,95	-33 545 125,92
Equipamento de transporte	-367 044,08	-57 389,90	0,00	0,00	-424 433,98
Equipamento administrativo	-1 978 354,33	-111 030,98	0,00	5 554,70	-2 083 830,61
Outros ativos fixos tangíveis	-2 578 907,29	-101 446,01	0,00	1 693,96	-2 678 659,34
Total	49 781 710,00				45 197 362,15

Valores em euros.

Nas adições:

- Em equipamento básico, 26 mil euros, referente a uma grande reparação numa viatura afeta ao serviço público;
- Em equipamento administrativo e outros ativos fixos tangíveis, 30 mil euros e 11 mil euros respetivamente, referem-se essencialmente à aquisição de equipamentos informáticos, programas informáticos e ferramentas/equipamentos oficinais;
- Em investimentos em curso, a implementação da nova bilhética integrada e todos as componentes associadas à mesma e ainda a construção da lavagem de chassis.

Nos abates e alienações:

- Em equipamento básico, 490,5 mil euros, referente à alienação de viaturas que se encontravam em fim de vida;
- Em equipamentos administrativos e outros ativos fixos tangíveis, 5,5 mil euros e 1,7 mil euros respetivamente e referem-se essencialmente ao abate de equipamentos informáticos e ferramentas.

No exercício de 2025 e 2024 não existiam ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira.

A 31 de dezembro de 2025 não existe restrições à titularidade de bens do ativo fixo tangível.

7. Ativos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Valor Bruto	853 558,21	751 569,14
Ativo fixo intangível	853 558,21	751 569,14
Depreciação Acumulada e Imparidade	-97 987,84	-22 772,77
Amortização do período	-75 215,07	-22 772,77
Amortização Acumulada de Períodos Anteriores	-22 772,77	0,00
Valor Líquido Contabilístico	755 570,37	728 796,37

Valores em euros.

Referem-se à aquisição de programas de computador, nomeadamente, o ERP Financeiro e o ERP de Recursos Humanos, que englobam todas as áreas da empresa e, ainda, o software da nova bilhética integrada, sendo o mesmo parcial, tendo em conta, a fase de execução do mesmo e que entrou em vigor durante o exercício anterior.

Os movimentos ocorridos em ativos intangíveis durante o ano 2025 são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Outras alterações	Saldo Final
Valor Bruto	751 569,14	101 989,07	0,00	853 558,21
Estudos e projetos	751 569,14	101 989,07	0,00	853 558,21
Depreciação Acumulada e Imparidade	-22 772,77	-75 215,07	0,00	-97 987,84
Depreciações do período	-22 772,77	-75 215,07	0,00	-97 987,84
Valor Líquido Contabilístico	728 796,37	26 774,00	0,00	755 570,37

Valores em euros.

Neste exercício regista-se a aquisição de ativos intangíveis em curso relacionados com os ERP's e a depreciação dos ativos existentes, no montante de 75 mil euros.

8. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OPT, S.A.	15 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	15 000,00
Total	15 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	15 000,00

Valores em euros.

O movimento das participações financeiras é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Justo valor	Saldo Final
Valor Bruto	15 000,00	0,00	15 000,00
OPT, S.A.	15 000,00	0,00	15000,00
Total	15 000,00	0,00	15 000,00

Valores em euros.

Não foi efetuado qualquer ajustamento neste exercício encontrando-se o mesmo registado ao custo histórico face aos 5% de detenção.

9. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O Grupo HF regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos ativos e passivos que são analisados como se segue:

Descrição	Impostos dif. ativos		Impostos dif. passivos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			2 398 936,76	2 775 571,17
Comp. de ativos e passivos por impostos diferidos				
Total			2 398 936,76	2 775 571,17

Valores em euros.

Em reavaliações contabilísticas, 2 399 mil euros, sendo:

- Em terrenos, 532 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (5 216 mil euros) e corrigidos pelos coeficientes fiscais 3 996 mil euros;
- Em edifícios 1 867 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (14 040 mil euros).

A taxa de IRC é de 13,3%, taxa a ser aplicada para o exercício findo, sendo no exercício anterior de 14,7%, uma vez que não existe derrama municipal. Pelas taxas atrás referidas, foram efetuados os devidos acertos nos impostos diferidos no exercício anterior.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Impostos correntes	2 585,10	15 477,57
Ajustamentos referentes a períodos anteriores	0,00	0,00
Origem e reversão de diferenças temporárias	- 103 553,39	- 83 927,09
Total	- 100 968,29	- 68 449,52

Valores em euros.

O imposto corrente, no valor de 2 585 euros, corresponde à estimativa do IRC apurado com base no resultado do exercício e depois de efetuada as devidas correções fiscais, aplicando a taxa de tributação sobre a base de incidência fiscal, incluindo derramas e tributações autónomas, e deduzindo as deduções à coleta.

Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício.

O imposto corrente corresponde:

- O imposto corrente, no valor de 2 585 euros, corresponde à estimativa do IRC apurado com base no resultado do exercício e depois de efetuada as devidas correções fiscais, aplicando a taxa de tributação sobre a base de incidência fiscal, incluindo derramas e tributações autónomas, e deduzindo as deduções à coleta.
- Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício, refletidas nas contas individuais das empresas do Grupo HF e nas demonstrações resultados consolidados, em consequência da anulação das transações entre as empresas do grupo, mais precisamente das amortizações do exercício da Estação de serviço da Camacha, alienada à TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A..

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais a reportar é analisado como segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2025	31/12/2024
2024	0,00	66 049,91
2025	184 015,15	184 015,15
2026	454 221,50	454 221,50
2027	907 336,32	907 336,32
2028	634 833,86	634 833,86
2029	7 150 367,69	754 418,71
2030	0,00	0,00
2031	0,00	0,00
2032	984 109,30	984 109,30
2033	3 970 276,06	3 970 276,06
Valor Líquido Contabilístico	14 285 159,88	7 955 260,81

Valores em euros.

10. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Valor Bruto:	1 792 411,76	1 641 226,93
Mercadorias	551 736,45	551 736,45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 240 675,31	1 089 490,48
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	-218 597,71	-222 113,04
Perdas por Imparidade do Período	3 515,33	-86 402,22
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-222 113,04	-135 710,82
Valor Líquido Contabilístico	1 573 814,05	1 419 113,89

Valores em euros.

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, são os suportes de bilhetes e passes;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são os bens para utilização na reparação de viaturas, o gasóleo, os pneus entre outros que compõem os inventários;
- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperações de peças de viaturas e de obras para terceiros.

No Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efetuada aos inventários, durante o exercício findo, foram feitos ajustamentos e reversões, resultando numa redução, no valor de 3 515 euros. Este ligeiro aumento traduz-se, essencialmente, nos artigos de baixa rotação, que não foram utilizados durante o ano de 2025.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como se segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Imparidades de inventários	222 113,04	43 387,25	-46 902,58	218 597,71
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	222 113,04	43 387,25	-46 902,58	218 597,71
Total	222 113,04	43 387,25	-46 902,58	218 597,71

Valores em euros.

11. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Valor Bruto	721 053,75	2 233 458,60
Clientes c/c Gerais	721 053,75	2 233 458,60
Depreciação Acumulada e Imparidade	-12 066,70	-21 851,20
Perdas por Imparidade do Período	8 904,50	0,01
Desreconhecimento de imparidades do período	880,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-21 851,20	-21 851,21
Valor Líquido Contabilístico	708 987,05	2 211 607,40

Valores em euros.

O valor apresentado no período, em clientes gerais, refere-se, essencialmente, às receitas provenientes das vendas de passes Municipais e Intermunicipais e que se encontram em fase de cálculo de repartição de receita com os Operadores e 180 mil euros são respeitantes à atividade de turismo/alugueres, nomeadamente agências de viagens, associações e outras entidades públicas e privadas.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como se segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Desreconhecimento	Saldo Final
Perdas por Imparidade	21 851,20	0,00	-8 629,50	-1 155,00	12 066,70
Serviço Urbano	880,00	0,00	0,00	-880,00	0,00
Serviço de Alugueres	20 964,60	0,00	-8 629,50	-275,00	12 060,10
Serviço Interurbano	6,60	0,00	0,00	0,00	6,60
Total	21 851,20	0,00	-8 629,50	-1 155,00	12 066,70

Valores em euros.

De referir, que o valor de Imparidades de clientes refletido na Demonstração de Resultados, advém dos valores do quadro supra e adicionando os valores do quadro da nota 13.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como se segue:

Descrição	até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	mais de 360 dias
Clientes Gerais	667 080,21	9 110,02	1 809,10	43 054,42
Total	667 080,21	9 110,02	1 809,10	43 054,42

Valores em euros.

12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	1 150 991,32	490 578,64
Imposto sobre o rendimento	41 226,29	56 942,93
IVA a recuperar	559 765,03	433 635,71
IVA reembolsos pedidos	550 000,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
Passivo	432 455,66	392 293,14
Imposto sobre o rendimento	856,83	3 033,55
Retenções de imposto sobre o rendimento	65 088,00	68 925,26
IVA a pagar	39 651,59	0,00
Outros impostos	8 634,59	8 634,59
Contribuições para a Segurança Social	318 224,65	311 699,74
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00

Valores em euros.

O imposto IRC é tributado autonomamente por cada empresa incluída no Grupo HF.

No ativo, o imposto sobre o rendimento diz respeito às retenções na fonte efetuadas a favor do Grupo HF.

Ainda no ativo, o imposto sobre o valor acrescentado a favor de HF, decorrentes dos investimentos efetuados ao longo do exercício, tendo sido efetuado um pedido de reembolso de IVA.

Nas rubricas “retenções de imposto sobre o rendimento” e “contribuições para a segurança social” no passivo, os valores a pagar em janeiro de 2026, referente ao cálculo dos impostos sobre o processamento salarial de dezembro de 2025 e a estimativa de imposto IRC a pagar deste exercício.

Nos outros impostos, no passivo, o valor refere-se à previsão do imposto municipal sobre imóveis (IMI) de 2025 a pagar em 2026.

13. Outros créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Valor Bruto	3 721 135,36	7 565 839,01
Adiantamento a fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	1 147 375,24	3 269 707,81
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	42 221,00	42 425,00
Out. operações pessoal	14 775,00	16 666,17
Vice-Presidência do Governo (I. Comp.)	0,00	860 482,72
Entidades públicas - subsídios e outros	0,00	0,00
Outros devedores	431 239,72	2 071 375,30
Imparidade Acumulada	-81 168,45	-81 168,45
Imparidade do Período	0,00	0,00
Desreconhecimento de imparidades do período	0,00	535,00
Imparidade de Período Anteriores	-81 168,45	-81 703,45
Valor Líquido Contabilístico	1 554 442,51	6 179 488,55

Valores em euros.

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde a receita referente ao ano de 2025, a ser faturada em 2026, sendo que a grande oscilação para o exercício anterior, refere-se a valores de indemnizações compensatórias, decorrentes da 8ª adenda.

Na rubrica “Adiantamentos ao pessoal” está registado o adiantamento do subsídio de férias aos funcionários que gozam férias em janeiro do ano seguinte.

Na rubrica “Outras operações pessoal” reflete, essencialmente, o valor atribuído ao pessoal motorista (fundo de maneo/dotação), para a aquisição de bilhetes de bordo e fundo de trocos.

No “Entidades públicas - subsídios e outros” reflete o valor por receber de indemnizações compensatórias.

A rubrica “Outros devedores” inclui, entre outros, prestações de serviços, efetuados a terceiros.

Nas imparidades não existiu qualquer alteração no decorrer do ano.

14. Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de Adiantamentos a fornecedores é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	104 286,14	93 765,26
Fornecedores c/c Gerais	104 286,14	93 765,26
Total	104 286,14	93 765,26

Valores em euros.

15. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo - Gastos a Reconhecer	449 069,20	100 214,12
Seguros	36 160,67	54 936,26
Despesas bancárias	3 936,18	3 948,28
Diversos	408 972,35	41 329,58
Passivo - Rendimentos a Reconhecer	10 192,05	69 753,38
Títulos de transporte	0,00	31 235,18
Outros	10 192,05	38 518,20

Valores em euros.

Em gastos a reconhecer, o valor dos seguros de acidentes de trabalho e seguros de responsabilidade civil, respeitante ao trimestre do ano seguinte e ainda outros gastos a reconhecer em 2026, como despesas bancárias e contratos de manutenção.

Em rendimentos a reconhecer regista os valores de publicidade e turismo, faturados em 2025 e respeitante a 2026.

16. Capital subscrito

O capital social de 17 852 360,00 euros, representado por 3 570 472 ações ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2025.

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	Capital	Ações	Capital
Região Autónoma da Madeira	3 391 948	16 959 742,00	3 391 948	16 959 742,00
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178 524	892 618,00	178 524	892 618,00
Total	3 570 472	17 852 360,00	3 570 472	17 852 360,00

Valores em euros.

17. Outros instrumentos de capital próprio

Em assembleia geral, de 29/12/2017, foi deliberado pelos acionistas efetuarem prestações suplementares de capital no montante de 1 061 907,83 euros e realizadas no prazo de 12 meses. No decorrer do exercício de 2018, as referidas prestações suplementares foram realizadas pela acionista RAM e EEM e nos montantes de 1 008 812,44 euros e 53 095,39 euros respetivamente. O total desta rubrica, em 31/12/2025, é no valor de 3 451 382,83 euros e encontra-se totalmente realizada.

18. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos das empresas do Grupo HF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social do Grupo HF. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Em 2020 existiu um aumento de 29 526,51 euros fruto da aplicação de resultados do exercício anterior e apresenta um saldo de 432 629,73 euros, não existindo qualquer alteração em 2025.

19. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Reservas Livres	139 663,87	139 663,87
Total	139 663,87	139 663,87

Valores em euros.

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda., até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios do Grupo HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia-geral.

20. Resultados transitados

O detalhe dos movimentos deste exercício nesta rubrica é analisado como segue:

- Pela incorporação do resultado líquido positivo do exercício anterior no montante de 562 345,14 euros, conforme aplicação de resultados;
- Pelas reversões de excedentes de revalorização, em terrenos e edifícios, no valor de 785 mil euros e pelo respetivo imposto diferido, no montante de 104,4 mil euros.

O valor dos resultados transitados no final do exercício é de 22 533 mil euros e no exercício anterior de 23 771 mil euros.

21. Ajustamentos em ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:	-151 571,69	-151 571,69
Ajustamentos de transição	-152 134,35	-152 134,35
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	562,66	562,66

Valores em euros.

22. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	0,00	0,00
Antes de imposto sobre rendimento	0,00	0,00
Impostos diferidos	0,00	0,00
Outros excedentes	17 112 069,60	17 520 473,79
Antes de imposto sobre rendimento	19 511 006,36	20 296 044,96
Impostos diferidos	-2 398 936,76	-2 775 571,17
Total	17 112 069,60	17 520 473,79

Valores em euros.

A variação da rubrica “outros excedentes” deriva do reconhecimento das avaliações efetuadas no exercício de 2024, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas. Deriva também do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e respetivas reversões.

As reversões de excedentes de revalorização, em terrenos e edifícios, foram no valor de 785 mil euros e o respetivo imposto diferido, no montante de 104,4 mil euros. Acresce ainda correções do imposto diferido no montante de 272 mil euros, devido à alteração da taxa de IRC de 14,7% para 13,3%.

23. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	5 930 193,86	7 312 090,68
Doações	18 252,84	18 252,84
Variações de capital participadas	0,00	0,00
Impostos diferidos	-788 715,80	-1 074 941,06
Total	5 159 730,90	6 255 402,46

Valores em euros.

Existiu uma diminuição no valor de 1 095 672 euros comparativamente com o período homólogo, o que reflete, por um lado, a imputação dos subsídios ao investimento, no montante de 2 775 mil euros, sendo o respetivo imposto diferido de 491 mil euros e por outro o montante de investimento recebido, no valor de 1 393 mil euros, sendo o respetivo imposto diferido de 205 mil euros.

24. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Não Corrente	16 488 334,32	33 464 090,15
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	16 488 334,32	33 464 090,15
Locações financeiras	0,00	0,00
Corrente	10 850 857,40	7 173 977,48
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	10 850 857,40	7 173 977,48
Descobertos bancários	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00

Valores em euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Instituições de crédito e sociedades financeiras:		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	10 850 857,40	7 173 977,48
De 1 a 5 anos	16 488 334,32	33 464 090,15
Mais de 5 anos	0,00	0,00
Locações financeiras		
Até 1 ano	0,00	0,00
De 1 a 5 anos	0,00	0,00
Mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	27 339 191,72	40 638 067,63

Valores em euros.

À data de 31 de dezembro de 2025, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes são analisados como segue:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Insti. cré. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	10 850 857,40	5 422 132,70	5 495 464,14	5 570 737,48	0,00	27 339 191,72
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10 850 857,40	5 422 132,70	5 495 464,14	5 570 737,48	0,00	27 339 191,72

Valores em euros;

Em 31 de dezembro, o total dos financiamentos eram no valor de 27,3 milhões de euros, sendo 11 milhões euros em empréstimos correntes e o remanescente em empréstimos não correntes, sendo no exercício anterior de 40,6 milhões de euros, dos quais 7 milhões de euros em empréstimos correntes e o remanescente em empréstimos não correntes.

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros, tendo adicionalmente, efetuado amortizações antecipadas num total de 15,5 milhões de euros.

Em 2020, a Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., procedeu à contratação de 2 financiamentos (20 000 000,00 euros cada), através de garantia com o AVAL da Região Autónoma da Madeira, por forma a honrar com o plano de investimentos 2019-2029, onde no presente exercício pertence a totalidade dos seus financiamentos não correntes.

25. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Corrente	6 229 620,04	8 104 763,78
Fornecedores de investimentos	451 592,35	989 974,03
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias e outros abonos	3 044 153,68	3 003 765,11
Outros credores por acréscimos de gastos	1 290 698,35	2 373 866,08
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00
Outros credores	1 443 175,66	1 735 254,80
Pessoal	0,00	1 903,76

Valores em euros.

Na rubrica de “Fornecedores de investimento” reflete parte do investimento na nova bilhética e no seu plano de investimentos 2019-2029 e que são liquidados no início de 2026.

Em “Férias e subsídios de férias e outros abonos”, a previsão para o ano de 2026.

Em “Outros credores por acréscimos de gastos” regista a previsão dos juros de financiamentos e outros custos correntes, tais como eletricidade, água, vigilância e segurança e auditoria às contas.

Nos “Outros credores” encontra-se registado, entre outros, o valor respeitante aos impostos diferidos dos subsídios ao investimento, no valor de 788,70 mil euros e o valor recebido por conta da TiiM, S.A., derivado das receitas da nova bilhética, no montante de 222 mil euros. No ano anterior, os impostos diferidos apresentavam um valor de 1 075 mil euros e o valor recebido por conta da TiiM, S.A. era de 253 mil euros.

26. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores c/corrente	642 320,08	945 745,14
Gerais	640 411,29	936 501,72
Empresa-mãe	0,00	6 870,12
Empresas subsidiárias	0,00	0,00
Empresas associadas	0,00	0,00
Outras partes relacionadas	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	1 908,79	2 373,30

Valores em euros.

As dívidas a fornecedores, na sua maioria, têm uma antiguidade de saldos até 30 dias, existindo uma diminuição face ao exercício anterior.

Do valor apresentado, o grande relevo é para as dívidas a grandes fornecedores, tais como de gasóleo, peças, pneus, de alguns serviços de manutenção de equipamentos, de software, de serviços de limpeza e segurança.

De salientar, que nos fornecedores gerais, inclui o valor de 189 157,51 euros, referente a taxas de publicidade de 2017 a 2020 cobradas pela Câmara Municipal do Funchal, sendo que a 30 de dezembro de 2020, foi apresentado uma impugnação judicial das liquidações efetuadas pela Câmara Municipal do Funchal relativas às taxas de publicidade em autocarro dos anos de 2017-2020. Considerando excessivos os valores liquidados, a HF reclamou graciosamente das liquidações, apresentando garantia bancária com vista a evitar a cobrança coerciva. Uma vez que a reclamação foi indeferida tacitamente, a HF apresentou junto do TAF Funchal impugnação judicial das referidas liquidações, tendo existido requerimentos do demandado e da autora em 2021, estando neste momento a aguardar despacho.

27. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Vendas	233 375,32	353 547,30
Suportes de títulos	233 375,32	353 547,30
Serviços prestados	29 830 436,33	27 304 627,16
Títulos de transporte	17 357 812,13	15 631 518,69
Turismo	1 373 143,67	1 524 866,89
Compensação financeira tarifária	10 915 540,32	9 998 510,77
Publicidade e outros	183 940,21	149 730,81
Total	30 063 811,65	27 658 174,46

Valores em euros.

Seguidamente, apresentamos as variações mais significativas ocorridas nesta rubrica:

O total das vendas e serviços prestados do Grupo HF regista uma variação positiva de 2 405 mil euros e justificado, de uma forma breve, quer, pelo aumento do cálculo da compensação tarifária, derivado da Portaria n.º 1110/2023, onde implementa a gratuidade dos passes para os estudantes até aos 23 anos e para aqueles que têm mais de 65 anos, levando assim a um aumento da procura em HF, quer, pelas vendas de títulos de transporte, decorrente da nova Rede de Transportes Públicos da Região Autónoma da Madeira, a rede SIGA,

onde a TIIM, S.A. é a entidade que gere toda a receita e efetua os respetivos cálculos de repartição de receita com os Operadores.

No serviço urbano, uma variação negativa de 496,6 mil euros, sendo:

- Nos suportes de títulos (inclui o suporte dos bilhetes para os pré-comprados e os cartões giro para os passes) uma diminuição de 147 mil euros, uma vez que os mesmos passaram a ser comercializados pela TIIM;
- Na variação das vendas dos títulos Passes verifica-se uma diminuição de 546,5 mil euros, sendo que as maiores variações se registam no passe social II e no passe social estudante;
- Na variação das vendas de bilhetes, uma diminuição no valor de 571 mil euros, uma vez que vários títulos deixaram de ser comercializados ao longo do ano de 2025, sendo a retoma efetuada em finais de 2025 através do novo sistema de bilhética integrada;
- Nos serviços de turismo registou-se uma ligeira descida, no montante de 151 mil euros;
- A rubrica “Compensação financeira tarifária” regista um aumento de 917 mil de euros, face ao período homólogo. O aumento está relacionado com a gratuidade dos passes, conforme já referido no início da nota. Esta rubrica advém do cálculo da compensação financeira tarifária, que o Governo Regional atribui pela perda de receita, decorrente do facto de os preços fixados serem inferiores aos que seriam normalmente praticados, em conformidade com o disposto na NCRF 20 – Rédito e NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo;
- Nos serviços de publicidade e outros regista-se uma diminuição de 818 euros, face ao ano anterior.

Nos serviços da rede SIGA, um acréscimo de 2 900 mil euros, distribuído pelos seguintes serviços:

- Nas vendas de suportes, 27 mil euros, uma vez que a TIIM, S.A. é a entidade que adquire e fatura os suportes para títulos de transporte;
- Nos bilhetes há uma variação positiva de 1 092 mil euros, justificado pelo período de comparação, uma vez que no exercício homólogo, a mesma iniciou-se a 1 de julho. Esta rubrica agrega a venda dos bilhetes a bordo e pré-comprados de todos os operadores;

Nos passes e vinhetas, uma variação positiva de 1 742 mil euros e que reflete o período de comparação, uma vez que no exercício homólogo, a mesma iniciou-se a 1 de julho. Esta rubrica agrega a venda dos passes de todos os operadores.

28. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias	0,00	6 798 402,70
Subsídios à Exploração/SUB23	0,00	0,00
Subsídios à Exploração/outros	11 337,20	6 645,29
Total	11 337,20	6 805 047,99

Valores em euros.

O Grupo HF, analisa os subsídios à exploração, do seguinte modo:

- Na HF, as indemnizações compensatórias para compensar défices de exploração foram “nulas”, uma vez que as mesmas, no montante de 10 915 mil euros foram na sua totalidade para compensar défice tarifário, e, transferidos para a rubrica “Prestação de serviços”. No período homólogo, o montante de indemnizações compensatórias, foi de 14 602 mil euros, sendo 4 603 mil euros para compensar défices de exploração e 9 998 mil euros para compensar défice tarifário, e, transferidos para a rubrica “Prestação de serviços”. Os montantes estão de acordo com o contrato assinado em 02/10/2018, com a 1ª adenda ao mesmo a 01/03/2019 por forma a implementar a “Redução tarifária da RAM” e que implicou a reformulação dos valores de títulos e tarifas e o cálculo para a reposição do equilíbrio financeiro, a 2ª e 3ª adendas reflete os ajustamentos ao plano de pagamentos do ano de 2020 e 2021, no âmbito das medidas excecionais relacionadas com o apoio à economia, em consequência do combate à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, a 4ª adenda onde alterou os critérios de cálculo e procedimentos relativos às compensações por obrigações de serviço público, a 5ª adenda, que altera o ponto 2.5 – Critérios de cálculo e procedimentos relativos às compensações por Obrigações de Serviço Público, foram efetuados os cálculos de apuramento da reconciliação da compensação financeira dos exercícios económicos de 2018, 2019 e 2020. Assim, e conforme o ponto 2.4 do “Anexo 8 alterado – Critérios de cálculo e procedimentos relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público”, o pagamento daquela importância no plano de pagamentos, na medida em que o montante apurado pelos cálculos da reconciliação reflete a efetiva necessidade de compensação financeira devida pela prestação do serviço público e é do interesse público que se salvguarde a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público, assegurando para tal o pagamento das respetivas compensações financeiras. Por último, a 6ª adenda, assinada a 31/08/2023, procedendo à alteração do “Anexo 5 – Plano Anual de Oferta” e ao 2.4 e 3 do “Anexo 8 - Critérios de cálculo e procedimentos relativos às compensações por Obrigações de Serviço Público”.

As 7ª e 8ª adendas, assinadas a 27/05/2024 e 11/12/2024 respetivamente, que contemplam os cálculos de apuramento da reconciliação da compensação financeira do exercício económico de 2021 e 2022 e ainda um aumento da compensação devido ao compromisso assumido pelo Governo Regional no alargamento da gratuidade dos passes na utilização do transporte público coletivo rodoviário, quer para os estudantes até aos 23 anos, bem como aos residentes com mais de 65 anos.

Por fim, a 9ª adenda que procedeu à alteração do “Anexo 8 – Critérios de cálculo e procedimentos relativos às compensações por Obrigações de Serviço Público”.

Relativamente a 2025, o valor definitivo só será calculado com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício, devidamente aprovadas e de acordo com o contrato já acima referido.

- Na TIIM resulta do contrato assinado a 30/10/2017 e das adendas de 24/09/2018, 01/03/2019, 04/05/2020, 10/03/2021, 30/07/2021, 29/07/2022 e por fim a oitava adenda, assinado a 29/12/2023 e que altera:
 - Anexo I – Rede de Títulos da Concessão RTA, por forma a contemplar a transferência da Carreira 81 para a empresa mãe - Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.;
 - Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, relativamente ao ponto 2.4., refletindo no plano de pagamentos, a importância devida no âmbito da reconciliação da compensação financeira do exercício de 2021 e o valor mensal provisório da compensação financeira para os anos de 2023 e 2024, de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações, até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, com prazo máximo, até dezembro de 2024;
- Os “outros subsídios” contempla os subsídios do Instituto de Emprego da Madeira referente aos estágios profissionais.

29. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Inventários iniciais	0,00	8 853,34
Produtos e trabalhos em curso	0,00	8 853,34

Regularizações	0,00	-17 706,68
Inventários	0,00	-17 706,68
Inventários finais	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
Total	0,00	-8 853,34

Valores em euros.

Esta rubrica regista a variação do fabrico e reparação/recuperação de peças/componentes para o armazém, bem como das reparações em viaturas de terceiros, efetuadas na oficina da empresa do grupo HF.

30. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativos fixos tangíveis	27 133,61	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Inventários	0,00	0,00
Total	27 133,61	0,00

Valores em euros.

Nos “Ativos fixos tangíveis”, o montante resulta de grandes reparações efetuadas nas viaturas pesadas para passageiros.

31. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias	0,00	151 345,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 670 417,15	6 021 759,97
Total	5 670 417,15	6 173 105,57

Valores em euros.

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de menos 503 mil euros e é justificada da seguinte forma:

- Nas “mercadorias”, uma redução de 151 mil euros, referente à venda de suportes de títulos, na sua maioria em cartões giro e que transitaram para a TiiM;
- Nas “matérias-primas, subsidiárias e de consumo”, uma redução de 351 mil euros, conforme abaixo descrito as principais variações:
 - Nas “Peças para viaturas”, uma diminuição de 78 mil euros;

- Nos “Materiais de consumo regular” existiu uma redução de 233 mil euros;
- Nos “Materiais de conservação e reparação diversos” para reparação de viaturas, uma diminuição de 86 mil euros;
- No “Material de expediente” houve um aumento de 86 mil euros e que reflete o aumento do consumo de vários materiais, relacionadas com a nova bilhética;
- De referir, que as diminuições, em matérias-primas e de consumo, relacionadas com as viaturas, vai de encontro à redução da CMVMC, uma vez que foram adquiridas novas viaturas, existindo menos desgaste.

32. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	0,00	1 175,00
Serviços Especializados	1 043 847,40	949 795,96
Trabalhos Especializados	478 279,33	258 295,92
Publicidade e Propaganda	26 547,91	30 022,61
Vigilância e Segurança	141 163,21	129 979,41
Honorários	13 225,34	8 552,75
Comissões	85 673,77	98 223,96
Conservação e Reparação	280 779,31	407 360,14
Outros	18 178,53	17 361,17
Materiais	17 610,93	17 378,92
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	9 600,00	9 419,98
Livros e documentação técnica	311,50	1 287,38
Material de Escritório	7 217,91	6 388,02
Artigos de Oferta	0,00	0,00
Outros	481,52	283,54
Energia e Fluidos	106 141,86	143 443,74
Eletricidade	72 805,07	87 257,31
Combustíveis	926,53	721,82
Água	32 410,26	53 306,63
Outros Fluidos	0,00	2 157,98
Outros	14 330,32	24 098,89
Deslocações, Estadas e Transportes:		
Deslocações e Estadas	14 264,32	2 603,93
Transporte de Pessoal	0,00	0,00
Transporte de Mercadorias	66,00	21 494,96

Outros Serviços Diversos	10 223 973,70	6 678 469,58
Rendas e Alugueres	11 615,26	15 018,18
Comunicação	45 968,13	76 623,54
Seguros	653 980,96	505 935,03
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e Notariado	4 343,44	1 939,86
Despesas de Representação	223,70	296,80
Limpeza, Higiene e Conforto	344 078,29	337 179,46
Outros Serviços	9 163 763,92	5 741 476,71
Total	11 405 904,21	7 814 362,09

Valores em euros.

Esta rubrica regista um aumento de 3 592 mil euros, abaixo descrevemos as variações mais relevantes:

- Nos trabalhos especializados, um aumento de 220 mil euros, referente a serviços de informática e outros especializados, na sua maioria relacionados com a implementação da bilhética;
- Na vigilância e segurança, um aumento de 11 mil euros, derivado da renovação de novos contratos;
- Nas comissões, uma diminuição de 13 mil euros, na sequência da redução de vendas por parte de parceiros, derivado da nova rede de transportes públicos da RAM, com a implementação da nova bilhética;
- Na conservação e reparação de bens uma redução de 126,6 mil euros, refletido pela diminuição das viaturas em fim de vida, uma vez que a HF tem procedido à alienação das mesmas, derivado da chegada da nova frota;
- Na conta de eletricidade, redução de 14 mil euros;
- Na conta de água, uma redução de 21 mil euros;
- Na conta de deslocações e estadas, um aumento de 11,6 mil euros;
- Na conta de comunicações, redução de 31 mil euros;
- Na conta de seguros, um aumento de 148 mil euros, decorrente do novo contrato, onde houve um acréscimo geral em todas as apólices;
- Na conta de limpeza, higiene e conforto, registou um aumento no valor de 7 mil euros face ao ano anterior, decorrentes de novos contratos;

- Na rubrica, outros serviços, um aumento de 3 422 mil euros e que reflete o efeito da repartição de receitas com os operadores, uma vez que o mesmo vai ao encontro com as receitas faturadas em nome da TIIM, S.A;
- Nas restantes rubricas existe menores oscilações, não existindo nada de relevo a registar.

33. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos Órgãos Sociais	215 445,79	213 431,98
Remunerações do Pessoal	13 180 376,19	13 755 955,15
Indemnizações	17 534,23	22 975,09
Encargos sobre Remunerações	2 943 881,41	3 076 791,00
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	208 361,72	153 827,84
Gastos de Ação Social	8 924,93	52 923,73
Outros Gastos com o Pessoal	53 105,86	35 741,43
Total	16 627 630,13	17 311 646,22

Valores em euros.

Nos gastos com pessoal verificou-se um decréscimo de 682 mil euros, essencialmente relacionado com a redução das horas extraordinárias e respetivos encargos da segurança social, assim como a redução do número de colaboradores, não obstante da revisão dos acordos de empresa, que originou a atualização salarial nos vencimentos base e em outros abonos a todos os colaboradores, assim como a progressão na carreira decorrente da legislação laboral e nos acordos de empresa.

Deste decréscimo segue-se uma breve descrição das maiores variações registadas na rubrica de pessoal:

- Nas remunerações do pessoal, uma diminuição de 575,6 mil euros e que reflete por um lado a redução das horas extraordinárias e do subsídio de insularidade, uma vez que no período homólogo foi efetuado o ajuste dos novos valores e por outro o aumento dos vencimentos base e outros abonos, relacionados com o mencionado acima;
- Indemnizações pagas por rescisão de contrato de trabalho, no valor de 17 534 euros, sendo que no período homólogo foram de 23 mil euros;
- Nos encargos sobre as remunerações, uma redução de 131 mil euros face ao ano anterior, na sequência das reduções mencionados nas remunerações do pessoal;

- Nos seguros de acidentes de trabalho, um aumento de 54,5 mil euros face ao ano anterior, derivado do novo contrato;
- Nos gastos de ação social e outros gastos com o pessoal, uma redução de 26,6 mil euros, referente ao acréscimo de formações existentes aos colaboradores, e redução dos gastos de ação social.

O detalhe dos colaboradores do quadro permanente, do Grupo HF em 31 de dezembro de 2025 e 2024, por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Órgãos sociais	5	5
Diretores/Chefias superiores		
Quadros superiores	13	11
Quadros médios	7	7
Chefias intermédias	14	14
Profissionais altamente qualificados	18	18
Profissionais semiqualeificados	500	513
Contratados a prazo	4	4
Total	561	572

Valores em euros.

Fazemos notar que no quadro anterior, este não inclui em 2025 e 2024, 1 administrativo com contrato de cedência à nossa parceira, Carristur.

34. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Obras para terceiros	175 891,76	124 081,46
Sucatas / desperdícios	4 540,23	8 277,90
Cedências para terceiros de existências	131 900,08	292 436,33
Despesas debitas à terceiros	309 098,08	666 141,15
Cedências de espaços (parques, publicidade e imóveis)	56 130,21	56 121,69
Desp. Embates e imob. de viaturas	135 953,72	75 699,28
Outros rendimentos suplementares	364 296,33	418 689,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	29,44	328,68
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Investimentos rest. ativos financeiros	0,00	0,00
Investimentos não financeiros	7 311,06	488,39
Subsídios ao investimento	2 775 234,00	3 055 494,23
Juros obtidos	102 441,57	166 673,90
Outros	11 604,97	13 239,86
Total	4 074 431,45	4 877 671,87

Valores em euros.

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de menos 803 mil euros. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

Aumentos

- Em obras a terceiros, 52 mil euros, fruto de serviços prestados a terceiros;
- Em embates e imobilização de viaturas, 60 mil euros, atendendo ao maior número de sinistros em que a responsabilidade foi assumida por terceiros e suportada pelas seguradoras;

Reduções

- Em cedências para terceiros de existências e serviços e despesas debitadas a terceiros, 160 mil euros e 357 mil euros respetivamente;
- Em outros rendimentos suplementares, 59 mil euros, referente à parceria existente com a Carristur;
- Em subsídios ao investimento, 280 mil euros, do reconhecimento de subsídios relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e por fundos do Governo Regional da Madeira;
- Em juros obtidos, 64 mil euros, derivado das descidas de taxa nos depósitos a prazo.

Nas outras variações desta rubrica não existem diferenças relevantes.

35. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	103 071,58	97 495,11
Perdas em inventários	0,00	0,00
Investimentos não financeiros	16 770,83	0,00
Donativos	0,00	37,75
Quotizações	4 321,98	4 203,43
Ofertas e amostras de inventários	0,00	0,00
Juros de desconto de títulos	2 481,90	0,00
Juros de mora e compensatórios	731,72	0,00
Outros juros	84 306,60	86 941,65
Outros não especificados	9 364,08	11 438,48
Desc. p. pag. concedidos	101 031,35	139 576,25
Total	322 080,04	339 692,67

Valores em euros.

Esta rubrica apresenta uma diminuição de 13 mil euros comparativamente com o exercício anterior.

Na conta de “Impostos”, um aumento de 5 mil euros referente às taxas de publicidade afetas ao nosso serviço de publicidade em autocarros, e outras taxas de justiça.

Na conta “Investimentos financeiros” existe um aumento de 16,7 mil euros, relacionado com alienação de ativos fixos tangíveis, em fim de vida.

A conta “Descontos pronto pagamento concedidos” reduziram em 38,5 mil euros, fruto das condições existentes com os nossos clientes de turismo e publicidade.

As restantes rubricas apresentam variações pouco relevantes.

36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos	5 494 425,77	5 380 408,12
Ativos fixos tangíveis	5 419 210,70	5 357 635,35
Ativos intangíveis	75 215,07	22 772,77
Reversões	0,00	0,00
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Total	5 494 425,77	5 380 408,12

Valores em euros.

Nos gastos de depreciação e amortizações, em ativos fixos tangíveis, existiu um aumento de 61,6 mil euros relacionado, essencialmente, com novos investimentos efetuados no final do exercício anterior e durante o exercício, tais como, equipamentos informáticos e outros equipamentos e ferramentas.

Nos ativos intangíveis, um aumento de 52 mil euros, derivado das aquisições de programas de computador, nomeadamente ERP para a área Financeira e Recursos Humanos.

37. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

A empresa do grupo HF registou, no exercício de 2015, uma perda por imparidade no montante de 115 mil euros, relativa a 4 viaturas elétricas, por se encontrarem imobilizadas, por avarias, motivadas essencialmente pela parte relacionada com as baterias. À presente data encontra-se em estudo o fim a que se destinam.

38. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Juros suportados	1 148 441,28	1 824 477,92
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Total	1 148 441,28	1 824 477,92

Valores em euros.

Nos juros e gastos similares suportados, referentes a financiamentos contraídos junto das instituições financeiras, apresenta uma oscilação de 676 mil euros e é justificado, pelo cumprimento das obrigações, nomeadamente, pagamento de juros, com destaque para a amortização antecipada de 15,5 milhões de euros.

Acresce ainda o fato de termos recorrido a financiamentos de curto prazo, ao longo do exercício, atendendo que a Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., cumpriu com o plano de amortizações e não deixou de proceder à renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões.

39. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

A 1 de agosto de 2020, foi apresentado um processo contraordenacional autuado pela Câmara Municipal do Funchal. Em causa está a alegada violação do disposto nos art.º 21.º, 35.º e 50.º do RGTOPLM (falta de licenciamento junto da Câmara Municipal do Funchal para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial nos autocarros). Até à data, aguardamos despacho.

Ativos contingentes

A 29 de março de 2016, foi apresentado um pedido de Revisão Oficiosa (artigo 78º da LGT), referente ao Imposto sobre o valor acrescentado considerado como liquidado em excesso, no período de dezembro 2012 a março 2014, no valor de 404 651,16 euros, pelo que é feita uma breve descrição do processo:

- Com efeito, em 10 de agosto de 2018 foi proferido, pela ATRAM, despacho de indeferimento ao procedimento de Revisão Oficiosa, do qual fomos notificados a 3 de setembro de 2018;
- Através de requerimento, de 12 de outubro de 2018, a HF apresentou um pedido de “Recurso Hierárquico”, o qual foi rejeitado com fundamento na sua extemporaneidade (notificado em 28 de novembro de 2018);
- Na sequência da rejeição do recurso, a HF moveu uma Ação Administrativa em 19 de fevereiro de 2019 (Processo nº 64/19.3BEFUN), contra a ATRAM.

Sobre esta matéria foi ainda solicitado um pedido de informação vinculativa a 03/05/2019 onde argumentamos que a fórmula de cálculo para o apuramento das compensações financeiras, que tem por base uma soma algébrica de vários agregados (custos – proveitos + lucro razoável + incentivos), e não preços vs. Quantidades, razão pela qual entendemos que não é aplicável o imposto. Durante o exercício recebemos a resposta da Autoridade Tributária, onde discorda do nosso entendimento. Em 2025, o TAF deu-nos razão e condenou a AT a reconhecer o mérito do recurso hierárquico. Não obstante a situação encontra-se para discussão e aguardamos despacho.

Provisões

A 6 de outubro de 2020, foi apresentada uma queixa-crime intentada pela HF contra um seu ex-trabalhador da secção de tesouraria, imputando-lhe a prática dos crimes de abuso de confiança e falsificação de documentos. O referido ex-trabalhador ter-se-á apoderado de verbas da HF bem como da Carristur, no valor de €79 494,96 e de €31 248,10, respetivamente. Uma vez que o valor da Carristur se encontrava em posse da Horários do Funchal, foi constituída uma provisão de igual valor, face ao risco do mesmo não ser recuperado via judicial e consequentemente ter de ser assumido pela HF perante a Carristur. Até ao exercício anterior, o mesmo encontrava-se em audiência de julgamento, ocorrendo a 11 de dezembro de 2025 a leitura do acórdão, pelo que aguardamos trânsito em julgado.

40. Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas

A rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Honorários Totais Faturados, Revisão Legal Contas Anuais	14 666,66	23 250,00
Honorários Totais Faturados, Outros Serviços	18 555,00	13 980,00
Total	33 221,66	37 230,00

Valores em euros.

Os valores acordados para a Revisão Legal de Contas do presente exercício, incluindo as contas consolidadas de 2025, totalizam 14 200 euros. Contudo, os números apresentados na tabela anterior diferem, devido a faturação em atraso referente a trabalhos efetuados no ano de 2024, sendo regularizado em 2025 e ainda, trabalhos de 2025 que serão faturados em 2026.

Nos outros serviços, os mesmos referem-se aos à emissão dos relatórios de execução trimestral e certificação dos planos de atividades e orçamento (PAIO).

41. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme segue:

Descrição		Limites	31/12/2025
B BIC	Crédito em conta corrente (livrança)	1 500 000,00	500 000,00
BST	Crédito em conta corrente (livrança)	2 500 000,00	1 500 000,00
M. Geral	Crédito em conta corrente (livrança)	1 500 000,00	1 500 000,00
CGD	Crédito em conta corrente (livrança)	2 000 000,00	2 000 000,00
GRM	Financiamento (AVAL)	20 000 000,00	10 961 942,00
GRM	Financiamento (AVAL)	20 000 000,00	10 877 249,72
CGD	Garantia Bancária	189 157,51	189 157,51
Total		47 689 157,51	27 528 349,23

Valores em euros.

As garantias prestadas de terceiros a favor da HF são analisadas conforme segue:

Descrição		31/12/2024
CBK Madeira, S.A.	Caução seguros	70 851,82
UIC, Lda.	Caução fornecimento de 5 viaturas	24 960,00
Auto-Sueco Portugal, S.A.	Caução fornecimento de 123 viaturas	549 706,08
Link Consulting, S.A.	Caução fornecimento sistema GIRO	69 678,00
Scania Portugal, S.A.	Caução fornecimento de 15 viaturas	64 350,00

BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Caução fornecimento de Gasóleo	366 179,20
Iveco Portugal, S.A.	Caução fornecimento de 4 viaturas	16 138,80
SICE - Soc. Ibérica de Construcciones Eléctricas, S.A.	Caução fornecimento bilhetes	16 920,00
Flamingobalcony - Eng. E Construções, Lda	Caução lavagem de chassis	15 160,00
Payshop Portugal, S.A.	Caução serviço de agências de cobrança	16 101,20
Total		1 210 045,10

Valores em euros.

42. Resultado por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado positivo em 562 345,14 euros, pelo número médio de ações existentes durante o exercício, 3 570 472, obtendo o valor positivo de 0,16 euros, por ação.

43. Estrutura acionista

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a estrutura acionista da Empresa, em número de ações, era a seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Região Autónoma da Madeira	3 391 948,00	3 391 948,00
Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	178 524,00	178 524,00
Total	3 570 472,00	3 570 472,00

Valores em euros.

44. Estrutura acionista

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos. Contudo procedemos à seguinte divulgação:

Em finais de fevereiro de 2022 deu-se início a um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, culminando com uma invasão por parte da Rússia.

No início de outubro de 2023 começou o conflito Israel-Gaza, após um ataque terrorista coordenado por vários grupos militantes palestinos contra cidades israelitas.

Recentemente, no final de fevereiro de 2026, verificou-se uma escalada sem precedentes nas tensões geopolíticas no Médio Oriente, culminando num conflito militar direto envolvendo o Irão, Israel e os Estados Unidos.

Neste momento, os mesmos continuam a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja, do ponto de vista da inflação, seja, com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Não sendo possível prever alguns dos efeitos que possam advir da evolução deste conflito, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

Funchal, 23 de março de 2026

O Conselho de Administração,

Marco Aurélio Fernandes Lobato
(Presidente Executivo)

Bruno Desidério Pinto Correia de Sousa
(Vogal Executivo)

José Cirino de Freitas
(Vogal Executivo)

Jorge Miguel Vale Fernandes
(Vogal não Executivo)

Ana Catarina Sousa Silva Aguiar
(Vogal não Executiva)



A3

Fiscal Único



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 52.216.176 euros e um total de património líquido consolidado de 15.163.460 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 6.299.883 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA**, em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.** (o Grupo), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor, que, em 20 de março de 2025, emitiu uma opinião sem reservas e com duas ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro, nº 124, 7º piso | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €47.500 | Inscrita na DROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20361462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão consolidado

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 07 de abril de 2026

PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por Amaro André Sousa Abreu (ROC n.º 2072 / CMVM n.º 20230001)

